

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 28 DE JUNHO DO ANO 2013
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS	
ACISB	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Bragança
AM	Assembleia Municipal
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 28 de junho de 2013, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	76
Membros que solicitaram justificação da falta	6
Membros suplentes convocados	6
Quórum	5
Expediente	5
Proposta de Alteração à Ordem de Trabalhos	7
Moções:	
1 – Postos de Emergência Médica	44
2- Carreira Aérea Bragança/Vila Real/Lisboa	12

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 –ATA – Leitura, discussão e votação da ata da segunda sessão ordinária, do ano de 2013, realizada em 26 de Abril.	7
2 – PÚBLICO – Período de intervenção.	7
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	7
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	13
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município	13
4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	45
4.2.1 - Proposta de Atribuição de Medalha Brasão de Ouro do Município;	45
4.2.2 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2013;	56
4.2.3 – Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior – Área de Comunicação Social;	60
4.2.4 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional – Área de Atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais;.....	64
4.2.5 - Contrato de Constituição de Direito de Superfície entre o Município de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB). (Adenda à Ordem de trabalhos – ver página 7.	68

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	12
Ana Almeida	7
António Malhão	43
Carlos Cadavez	41
Élia Cordeira	7
Hugo Pereira	7
João Rodrigues	41
José Castro	12,13,41
Luís Fernandes	44
Luís Vale	7
Presidente da Câmara	25,48
Presidente da Mesa	5,7

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	41
José Castro	41
José Fernandes	41
Luís Pires	13
Maria Paula	41

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	55
Luís Pires	55,76

----- Aos **vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Terceira Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às 09:00 horas, e fim cerca das 17:00 horas, na qual participaram **oitenta e quatro membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ACTA: Leitura, discussão e votação da ata da segunda sessão ordinária, do ano de 2013, realizada em 26 de abril.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.2.1 - Proposta de Atribuição de Medalha Brasão de Ouro do Município;

4.2.2 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2013;.....

4.2.3 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior – Área de Comunicação Social;

4.2.4 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional – Área de Atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais;.....

4.2.5 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional – Área de Atividade – Ação Educativa. **(Esta Proposta foi retirada da Ordem de Trabalhos - ver página 7**

4.2.5 - Contrato de Constituição de Direito de Superfície entre o Município de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB). **(Adenda à Ordem de trabalhos – ver página 7**.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos cerca das nove horas e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 29 DE ABRIL DE 2013**

Data	Remetente	Assunto
02/05	ANMP	Debate público sobre desastres naturais a realizar em Pombal
02/05	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Intervenção proferida na Assembleia da Republica sobre a “Privatização da água e gestão de resíduos”
05/06	CMB	Relatórios e Contas 2012 – Empresas Participadas e Outras

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 27 DE
FEVEREIRO DE 2013**

Data	Destinatário	Assunto
29/04	Várias Entidades	Envio da Moção - Em defesa dos micro, Pequenos e Médios Empresários
29/04	Várias Entidades	Envio da Moção – Reorganização da área territorial de integração do IEF
29/04	CMB	Envio das Senhas de Presença e Boletins Itinerários referentes ao mês de Abril.

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Maria Teresa; Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós, Rui Fernando Rodrigues Correia; Carlos Abílio Moreno e Vânia Alexandra Silva Rodrigues.

PS: Alzira da Conceição Bento; Manuel António Pires e Sandra Marisa Rodrigues Valdemar.

Movimento Sempre Presente: Agostinho Gonçalves Esteves e Cristina Maria Rodrigues Afonso

CDU: Lídio Alberto Correia.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: António Nuno Neves Pires; Maria Natália Rodrigues Alves, Maria do Amparo Mendes Alves; Bruno José Fernandes Miranda e Armando José Pereira.

PS: Maria Celina da Silva Paula; Maria Aurora Correia e Francisco Manuel Esteves Marcos.....

Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Teixeira Liberato Soeiro e Hugo Manuel Rodrigues Pereira..

CDU: José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro.

ALTERAÇÃO À ORDEM DE TRABALHOS (Artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, e Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal) - **A solicitação da Câmara Municipal de Bragança, o Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs para deliberação do Plenário:**

- a **retirada** do assunto agendado no **Ponto 4.2.5 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional – Área de Atividade – Ação Educativa;**.....
- a **inclusão**, no referido ponto, do assunto – “**Contrato de Constituição de Direito de Superfície Entre o Município de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança (ACISB)**

----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

PONTO 1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da segunda sessão ordinária, do ano de 2013, realizada em 26 de abril.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, QUATRO ABSTENÇÕES E SESENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.**

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- Não houve intervenções.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- **Usaram da palavra os seguintes Membros:**.....

----- **Hugo Pereira;**.....

----- **Ana Almeida;**.....

----- **Luís Vale;**.....

----- **Élia Cordeiro – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Cumprimento a mesa da Assembleia, nas pessoas do seu Presidente e Secretários. Cumprimento o Executivo camarário, nas pessoas do seu Presidente e Vereadores. Cumprimento os Srs.

Deputados dos diferentes grupos parlamentares. Cumprimento os Srs. Presidentes de Junta, os Srs. Jornalistas e o Público presente.....

----- Hoje quero trazer aqui, a este espaço de encontro onde se pensa e constrói a política, num espírito verdadeiramente cívico, democrático, dialogante e solidário, todos os professores do nosso Distrito, que desde há uns anos a esta parte, exercem a sua profissão num País que tem esquecido sistematicamente, que não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem professores, porque são eles que têm a responsabilidade de formar as pessoas, para fazer delas os cidadãos do mundo.

----- São os professores que fazem fluir o saber e constroem em cada ser humano o sentido para a vida, a sua vida e consequentemente, a vida da humanidade, procurando um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos.

----- **É por isso que os professores são imprescindíveis!**... ..

----- Mas, cada vez mais é difícil ser professor, porque ser professor hoje, é lutar muitas vezes sozinho, contra o obscurantismo cultural que vai invadindo as nossas escolas, o amorfismo acrítico e o conformismo acéfalo, que se vai instalando nos espíritos, induzido algumas vezes pelo poder político e económico, outras pelos media e outras ainda, por instintos de sobrevivência (ou subsistência) social.....

----- Ser professor hoje é lutar contra o processo de degradação da escola pública, onde os alunos começam a escassear em número e onde os professores já não têm lugar para trabalhar com verdadeiro espírito de missão.

----- Ser professor hoje é protestar e ensinar protestando, contra políticas exercidas há muito tempo neste País, que dismantlam os serviços públicos e degradam a qualidade de vida em sociedade, favorecendo muitas vezes interesses empresariais, só porque estes apresentam ganhos conseguidos de forma mais fácil.

----- Ser professor hoje é vir para a rua dizer NÃO, às escolas que começam a esvaziar e às políticas educativas que provocam esse esvaziamento, evidenciado sobretudo nas regiões do interior do País, em Bragança...se quiserem.

----- Ser professor hoje, é lutar pela real democratização do ensino, através de uma educação de qualidade acessível a todos e não pela simples massificação a que se tem vindo a assistir nas escolas públicas.

----- Ser professor hoje é protestar contra as políticas de aventura, que colocam os professores longe das suas casas, das suas famílias, dos seus amigos, das suas vidas, que quase sempre deixam de ser vividas, porque até o ar que respiram fica longe dos seus pulmões. Ser professor hoje é ser capaz de educar para o ativismo cívico e interveniente, para a construção de espíritos livres, críticos e insubmissos.

----- Ser professor hoje é ser um indivíduo livre, crítico e empenhado pela justiça, pela liberdade e pela solidariedade entre todos os seres humanos.

----- É assim que os professores ainda se apresentam hoje, porque continuam a querer ser professores, mesmo respirando sem ar, amando sem família, dormindo sem teto, viajando sem terra, caminhando sem chão e vivendo sem futuro.

----- Hoje os professores na Escola Portuguesa, vivem em simultâneo, momentos de incerteza, de preocupação e de desafio, face ao futuro que sentem distante e sabem difícil.

----- Estamos perante uma sociedade que não se compadece com uma escola parada no tempo, mas sim, exige uma escola ativa, dinâmica e aberta ao mundo.

----- Exige-se uma escola que desenvolva uma cultura de participação, que saiba partilhar a educação com a família (principal entidade, responsável pela educação), com os trabalhadores não docentes e com a comunidade envolvente, onde todos possam contribuir para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, tornando-os cidadãos preparados para o futuro, mais responsáveis e livres na sociedade.

----- É este tipo de escola que hoje exige aos professores novas posturas, novas responsabilidades, novos desafios, novos compromissos, mas muitas vezes, não tem lugar para os deixar simplesmente ser professores.

----- Nesta escola os professores aparecem-nos, como principais impulsionadores, dinamizadores e elementos determinantes, no sucesso de qualquer reforma do sistema educativo.....

----- Na escola, os professores assumem o papel principal de dinamizadores de participação e de mobilização de todos os outros intervenientes, procurando que estes deem o seu contributo e

assumam a sua cota parte de responsabilidade na educação, para que a escola possa cumprir com verdadeira elevação, a sua função.....

----- Estes professores, nomeadamente, os que nasceram, cresceram, se fizeram gente e construíram família no Nordeste Trasmontano, carregam no corpo e na alma o peso da interioridade, que tem sido enorme, no sentido em que as políticas públicas de desenvolvimento regional e macro- económicas têm privilegiado as zonas do litoral, deixando o interior deserto de pessoas e cada vez mais longe de todos os recursos.....

----- A interioridade aparece em todas as situações, como um fator com um peso enorme nas questões do desenvolvimento, porque não havendo pessoas, não há produtividade.....

----- É neste espelho de interioridade que os professores do nosso distrito, já nem se conhecem, porque hoje, muitos deles já não sabem donde vêm nem para onde vão; já não utilizam as suas metodologias de trabalho, porque outras lhes são impostas para atingirem metas com resultados onde contam os números e não se conta com as pessoas; já não fazem planos, porque outros lhes são apresentados como os únicos possíveis de implementação; já não usam a sua capacidade de repartir afetos, porque quase já não encontram gente para se deixe amar.

----- Começa a ser muito difícil ser professor neste contexto!....

----- Chegámos a um ponto em que até os professores que se mantêm no ensino, supostamente com estabilidade, temem ficar desempregados e o país corre o risco de os perder por antecipação da situação de reformados.

----- A existência de professores insatisfeitos, conduz naturalmente a um quadro complicado de pais preocupados e de alunos que acham as aulas uma maçada.

----- Mas afinal o que se passa com a nossa escola? E com os nossos professores?

----- Em Bragança e certamente no resto do País, precisa-se urgentemente que o Ministério da Educação aplique medidas que evitem a saída involuntária de professores, da sua região.....

----- Segundo dados revelados através da comunicação social, o distrito de Bragança depara-se com 191 vagas negativas no próximo ano letivo, nos diversos grupos disciplinares, das quais 75 vagas são no concelho de Bragança. Há também cerca de 200 professores sem componente letiva.

----- Esta situação tem a ver sem dúvida, com a redução de horas letivas; a agregação de escolas decidida e posta em prática, a nível local no final do ano letivo anterior e o aumento do número de alunos por turma e vai continuar a prejudicar imenso os professores.

----- Torna-se por isso urgente, reajustar as orientações que estão em vigor, para que o interior não fique descompensado nem prejudicado, atendendo a que tal situação pode obrigar cerca de 500

peessoas a abandonar Trás-os-Montes e aproximadamente 75 docentes a ficarem na iminência de terem de abandonar também o concelho, deixando-o mais deficitário de pessoas.

----- Apesar de ter havido nos últimos dias por parte do governo, alguma vontade de dialogar com os professores, através das organizações sindicais que os representam, assumindo o compromisso *de* criar mecanismos que diminuam a colocação de professores em DACL (dispensa da componente letiva); de que só haverá lugar á requalificação em fevereiro de 2015; garantir que um professor sem turma atribuída possa conseguir um horário letivo, não através de aulas mas de atividades como apoio ao estudo, aulas de substituição e coadjuvação de colegas, que passam a ser equiparadas a serviço letivo; de assumir o compromisso de não atribuir serviço letivo aos cerca de seis mil professores que estão a aguardar a autorização da reforma, deixando livres mais horários: de assegurar que o limite geográfico para a mobilidade dos professores dos quadros de escola que não tenham serviço letivo será de sessenta quilómetros, tal como acontece com a restante função pública; de o assegurar que o aumento do horário de trabalho para quarenta horas, incidirá apenas na componente não letiva de trabalho individual e de assinalar ainda que a direção de turma volta a integrar a componente letiva ao contrário do que ficou recentemente estabelecido no despacho de organização do ano letivo para 2013/2014, a tranquilidade está longe de regressar à vida dos professores, das suas famílias e do futuro da região, entregue a si própria, cada vez mais fragilizada em termos populacionais e económicos.

----- O eminente êxodo dos professores e das suas famílias reforça a falta de coesão nacional, as assimetrias regionais, as desigualdades de oportunidades dos cidadãos do nosso País, evidenciando uma grande fragilidade na organização do território nacional, com o constante abandono das regiões do interior.....

----- É cada vez mais urgente, zelar para que se fortaleça o futuro da região e das pessoas que escolheram aqui viver, apesar dos fatores adversos, criados ao longo do tempo, por políticas deficitárias no exercício da soberania sobre a totalidade do território nacional.....

----- Há que pensar e propor de forma assertiva, medidas que favoreçam a fixação da população, garantindo a estruturação da região e simultaneamente a qualificação das gerações futuras, feita através de **professores completamente realizados**, hoje, amanhã e sempre, porque de facto **os professores serão sempre imprescindíveis ao desenvolvimento do País**.

Dizia Miguel Torga em 1993:.....

----- “Ninguém me encomendou o sermão, mas precisava de desabafar publicamente. Não posso mais com tanta lição de economia, tanta megalomania, tão curta visão do que fomos, podemos e devemos ser ainda e tanta sobrevivência às mãos de uma Europa sem valores”

a) Élia de Fátima Moreiras Ferreira Cordeiro.....
PSD,Bragança “

----- **Ainda usaram da palavra os seguintes membros:**.....

----- **José Castro;**

----- **Amândio Gomes – Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

----- Transmontano sofre. Sofre de uma sangria há muito desatada que o Poder Central teima em não ver, a qual há-de levar – se entretanto nada se fizer – ao despovoamento, ao empobrecimento e fragilização não só da economia local, mas sobretudo da economia do país a que também pertencemos.

----- Sim, Portugal não se confina apenas ao Terreiro do Paço. Antes de este integrar o território nacional, já Trás-os-Montes fazia parte deste país e contribuía em recursos naturais e em capital humano para a criação do país que hoje ainda temos e amamos.....

----- Somos credores de uma dívida histórica.....

----- O sujeito passivo de tal dívida é o Estado Português, que, de mãos dadas com o poder local tem obrigação de promover as políticas ativas de investimento social e económico necessárias para a atração e fixação de jovens e de empresas capazes de criar riqueza e postos de trabalho, a fim de evitar que o interior do nosso país mais próximo dos grandes centros europeus se transforme num deserto humano irrecuperável.....

----- Desencravar esta região e promover o seu desenvolvimento económico e social é uma tarefa prioritária que a todos cabe abraçar com a maior força de vontade e com a modernidade possível, para recuperar o atraso a que temos sido votados.

----- Vêem estas considerações a propósito da suspensão da carreira aérea Bragança-Vila Real-Lisboa, que o Poder Local sempre considerou uma fonte de progresso que encurta a distância entre Trás-os-Montes e Lisboa e constitui um dos melhores meios de atrair investidores para esta região.....

----- Em face do exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 28 de junho de 2013 decide: --

----- 1.º - Manifestar a sua grande preocupação por ainda não se vislumbrar uma solução positiva para o restabelecimento da ligação aérea Bragança-Vila Real-Lisboa, tão necessária e relevante para a coesão e competitividade regional.

2.º - Solicitar ao Senhor Primeiro-Ministro o seu empenho no urgente restabelecimento da Ligação aérea acima referida.

----- Esta resolução deverá ser enviada a Suas Excelências:.....

- O Presidente da República;

- O Senhor Primeiro Ministro;

- A Senhora Presidente da República.

- Aos Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e aos órgãos da Comunicação Social.....

Pelo Partido Social Democrata,”

a) Amândio dos Anjos Gomes”

----- Usou da palavra, para solicitar esclarecimentos, o Membro Luís Pires.

----- Usou da palavra, para intervenção, o Membro José Castro.

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 26 de abril de 2013, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 – Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período acumulado a 31 de maio de 2013, a execução bruta do Orçamento da receita é de 39,20% (no montante de 15 739 469€), para um Orçamento da despesa paga de 36,21% (no valor de 14 523 886€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de maio de 2013 uma execução financeira de 34,12% (5 475 277€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 4 719 472€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 775 805€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções gerais, com um valor de despesa paga de 3 568 636€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 33,90% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 35,55%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de maio de 2013 uma diminuição de 1 190 267,29€, ou seja, de – 10,70 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2012.

Em termos patrimoniais foram inventariados 170 bens móveis.

De 01 de abril a 31 de maio de 2013 foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 116 680€ e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 225 500€.

1.1.2 - Serviço de Taxas, Contra Ordenações e Metrologia

No período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2013 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 406 438€ representando um saldo positivo de 15 636€ (*i.e.* 3,85%), comparativamente ao período homólogo.

1.2 – Unidade de Administração Geral

- Gabinete de Atendimento Integrado ao Município

O Balcão Único abriu ao público no dia 30 de abril de 2013. Trata-se de um novo serviço de atendimento aos munícipes, que resulta do processo de modernização administrativa a decorrer na autarquia e visa proporcionar aos utentes um atendimento de maior qualidade, rapidez e eficácia. O espaço tem por objetivo centralizar todo o atendimento relacionado com os serviços de Obras Particulares, Águas e Saneamento, Transportes Urbanos e Escolares, Expediente, Ação Social, Taxas e Licenças e Tesouraria.

Foi efetuado o atendimento quer telefónico, quer presencial a todos os Municípios que requereram informação ou pedidos na área de competência deste serviço, tendo sido registados, desde a abertura até 31 de maio do presente, 5.506 atendimentos (média de 239 dia), de acordo com a seguinte distribuição: A – Tesouraria

(2345); B – Urbanismo (689); - C – Águas e Saneamento (1320); - D – Transportes (625); - E – Ação Social e Diversos (527).

- Serviço de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito deste Serviço destacam-se, para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de 438 documentos em suporte de papel; 960 documentos na aplicação informática de atendimento; e registadas 581 faturas na aplicação informática POCAL.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do Distrito de Bragança” do Prof. Hironidino da Paixão Fernandes. Procedeu-se, ainda, à transferência dos Arquivos (corrente e histórico) para as novas Instalações, que dispõe, agora, de um espaço amplo, adequado e ajustado às necessidades atuais de arquivo documental da Instituição, com humidade e temperatura controladas.

1.2.1 - Serviço de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de um procedimento concursal por tempo indeterminado (em fase de aplicação dos métodos de seleção), bem como ao acompanhamento do procedimento concursal para Dirigentes e, ainda, de 17 processos de aposentações. Deu-se continuidade ao acompanhamento do pessoal afeto ao centro de emprego com contrato emprego- inserção, num total de quatro.

1.3. Assessoria Jurídica e contencioso: prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contra-ordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

1.4. Serviço de Informática

Durante o período em consideração, as atividades desenvolvidas pelo serviço de informática prendem-se sobretudo com a resolução de questões técnicas, com a preparação dos serviços online, com o apoio aos utilizadores e com a gestão dos sistemas.

O principal website do Município de Bragança registou, de 01 de maio até 13 de junho do presente, um total de 31 202 (média de 709 visitantes por dia).

Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 2.645 vezes (60/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 397 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 1.050 pessoas, enquanto o endereço do Teatro Municipal recebeu 1.021 visitas e o da Biblioteca Municipal 177. Relativamente ao Facebook 5.000 “amigos” e 1.731 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

2.1. Serviço de animação e equipamentos culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias continua patente, até 23 de junho, a exposição “Obras da Coleção de Arte Contemporânea da Coleção da Portugal Telecom”.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, continua patente a exposição “Mapas e o Espírito da Oliveira”.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais ofereceu, a todos os visitantes, uma programação variada no Dia Internacional dos Museus, comemorado no dia 18 de maio.

Foram diversas as atividades e oficinas propostas aos cidadãos, nomeadamente a oficina “Espanta Espíritos e Mobiles”, integrada na iniciativa “ 12 Sábados/12 Oficinas”, na qual conchas, canas de bambu, missangas, penas, rolhas e coloridas folhas de papel foram alguns dos materiais necessários para a confeção de personalizados espanta-espíritos ou caçadores de sonhos. Foram, ainda, executadas esculturas em movimento, chamadas mobiles, inspiradas no trabalho do artista plástico norte-americano Alexandre Calder.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais organizou, também, visitas orientadas às exposições “Obras da coleção de arte contemporânea”, da coleção da Portugal Telecom e “Mapas e o Espírito da Oliveira”, de Graça Morais.

O Dia Internacional dos Museus terminou com o concerto dos Lacre, que contou com a presença de mais de 100 pessoas.

Nos meses de abril e maio foram realizadas 29 visitas/jogo e oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2019 pessoas, na sua maioria portugueses.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje – Nos meses de abril e maio visitaram o museu 1259 pessoas. Neste período foram realizadas 15 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Desde o dia 2 de maio e até 30 de junho está patente no espaço do museu uma mostra de máscaras do artesão Fernando Augusto Pinelo Tiza.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de abril e maio realizaram-se 17 espetáculos com 22 sessões.

De destacar, no mês de maio, a realização de mais uma edição da Mostra de Teatro Escolar, com participação dos agrupamentos de escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, da Escola Superior de Educação e do Teatro de Estudantes de Bragança, e da Gala das Escolas.

Bibliotecas Municipais - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. No mês de abril foi executado o

tratamento técnico e catalogação informatizada de 56 monografias e efetuada a correção de 3719 registos, e em maio 108 monografias catalogadas e 4907 registos corrigidos.

Durante o mês de abril usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 2275 utilizadores, e no mês de maio 2459.

Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leituras partilhadas, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 1108 crianças.

No dia 01 de junho, Dia Mundial da Criança, foi inaugurada na Biblioteca Municipal a exposição “Ilustrações H2O” de Elza Mesquita e Ana Pereira.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 427 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – No âmbito do serviço educativo prestado pelo município está patente nas salas de exposição do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, desde o dia 18 de maio e até ao dia 29 de junho, a exposição itinerante "Insetos em Ordem".

Trata-se de uma exposição sobre a diversidade de insetos da fauna europeia que inclui exemplares de coleções biológicas pertencentes a mais de 50 espécies de insetos e que através de um jogo-de-pista, acessível a todas as idades, desafia os visitantes a serem “biólogos por uma hora”. Integrada no programa “O Mundo na Escola” - um programa do Ministério da Educação e Ciência que visa aproximar a escola dos vários saberes, das artes às ciências e às letras – foi produzida em colaboração com o Museu Nacional de História Natural e da Ciência e conta com o apoio da Câmara Municipal de Bragança no acolhimento, divulgação e gestão das marcações das visitas.

Centro de Fotografia George Dussaud - No dia 31 de maio foi inaugurada na sala de exposições temporárias do Centro de Fotografia Georges Dussaud a exposição “A árvore” de Margarida Tengarrinha, que irá estar patente durante o mês de junho. A mostra reúne dezenas de desenhos da artista algarvia e está integrada no programa do VII Congresso Florestal Nacional, que decorreu em Bragança nos dias 7 e 8 de junho.

2.2 – Serviço de Educação e Ação Social

Educação:

No dia 3 de junho, a Câmara Municipal colaborou com os agrupamentos de escolas na organização das comemorações do Dia Mundial da Criança, em que participaram as crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público de Bragança, de entre as atividades realizadas destacam-se a colocação de

insufláveis próximos de todas as escolas do pré-escolar e 1º ciclo das áreas rural e urbana, para além da realização de atividades físicas e de diversos ateliers de música, dança, pintura facial, leitura, entre outras, desenvolvidos pelos respetivos agrupamentos.

No Dia do Autor Português, a 22 de maio, crianças dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Bragança e utentes da Fundação Betânia deram cor e vida à zona histórica da Cidade de Bragança com a realização de diversas atividades comemorativas deste dia e do Dia da Poesia que, devido às condições climatéricas adversas verificadas no dia 21 de março, não foi possível concretizar à data.

O anfiteatro do Pólis, junto do rio Fervença, foi transformado no principal palco da maior parte das atividades executadas e apresentadas pelos mais pequenos, como declamação de poemas, peças de teatro, música e atividades de ginástica, entre muitas outras.

O dia contou, ainda, com diversas instalações, como o Estendal de poesia e instalação de 150 flores no rio Fervença e leituras partilhadas entre escolas, na Biblioteca Municipal.

No dia 12 de junho, no pavilhão municipal, realizou-se a festa de encerramento das Atividades de Enriquecimento Curricular, com a participação de cerca de 900 crianças das escolas (da cidade e do meio rural) integradas nos Agrupamentos de Escolas Augusto Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga.

Ação Social:

Desde o início do mês de abril ao início do mês de junho de 2013 realizaram-se, com marcação prévia, 77 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio social e 90 atendimentos sem marcação, o que perfaz um total de 167 atendimentos de cariz social.

Ainda neste período, foram realizadas 30 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas.

Decorreu, nos dias 9 e 10 de maio, a 3.ª edição da Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, organizada pela Câmara Municipal de Bragança, pelo Centro Social Paroquial dos Santos Mártires e pela Associação Académica do Instituto Politécnico de Bragança.

Estiveram presentes 52 instituições a representar empresas privadas, estabelecimentos de ensino e, sobretudo, Instituições da área social.

A par da presença dos stands na Praça da Sé e na Rua Alexandre Herculano, decorreram conferências subordinadas a diversos temas nas áreas da saúde, gerontologia, farmacologia, educação e ensino e empreendedorismo, entre outros, nas escolas do IPB, bem como atuação de grupos musicais.

Procedeu, no dia 8 de maio, à celebração de oito novos contratos de arrendamento para realojamento em habitação social de mais oito famílias do Concelho de Bragança. Foram abrangidos agregados

familiares que se encontram, atualmente, a passar por dificuldades financeiras e que enfrentam situações de doença, deficiência, monoparentalidade e/ou desemprego.

Organizada pelo Município, em colaboração com os agrupamentos de escolas, está a decorrer uma campanha de solidariedade com o Distrito de Água Grande (S. Tomé e Príncipe) para recolha de material didático para oferta aos alunos das escolas daquele distrito.

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

Na Piscina Municipal, decorreu mais uma edição do Torneio Internacional de Natação, que contou com a presença de 100 atletas, representando as seguintes entidades: Escola de Natação Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Bragança, Natação Clube de Chaves, Sport Clube Mirandela, Escola de Natação de Almeida, Benavente e Montes de Vinhais.

No dia 1 de Maio decorreu, na freguesia de Coelhoso, a XIV Edição do Encontro de Jogos Tradicionais, contando com a presença de cerca de 120 pessoas de 19 freguesias do Concelho de Bragança.

Cerca de 150 atletas (profissionais e amadores), oriundos de todo o País, participaram na 14.ª Milha das Cantarinhas, que decorreu, como já é tradição, no dia 2 de maio. O evento, organizado pelo Ginásio Clube de Bragança e pela Câmara Municipal de Bragança integrou, ainda, a X Milha Escolar e a VII Milha Popular, que, este ano, foi bastante participada.

Durante os meses de Abril e Maio o projeto Bragança Saudável/Bragança Solidária, contou com a realização de seis caminhadas, num total aproximado de 81 km, nas freguesias de Nogueira, Sé, Sendas, Mós, Serapicos e Refoios, com a participação de 370 caminheiros.

Nos dias 8 e 9 de junho decorreu o Dia do Desporto com o objetivo de sensibilizar os cidadãos para hábitos de vida saudável e para a prática de atividade física. O dia começou com uma Maratona de Fitness, na Praça Cavaleiro de Ferreira, onde dezenas de pessoas de todas as idades se exercitaram ao som de música ritmada. A “festa” decorria, também e em simultâneo, no Pavilhão Municipal, com a Maratona de Futsal, organizada pela Associação de Futebol de Bragança.

Já durante a tarde, foi a vez de centenas de crianças, oriundas de Portugal e Espanha, marcarem presença no Torneio Internacional “Crescer Jogando 2013”, que teve lugar no Estádio Municipal.

O primeiro dia da iniciativa terminou com um Passeio Noturno de BTT, que incluía um percurso de 25 quilómetros.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Serviço de Turismo

Durante os meses de abril e maio foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 2364 turistas. A nacionalidade com maior expressividade é a francesa com um total de 780, representando

33% dos visitantes. Nestes meses os nacionais tem uma representatividade de 360 visitantes correspondendo a 15,2% do número total de turistas que entraram no Posto Municipal de Turismo. Os espanhóis com um número total de 701 visitantes correspondem a 29,6%. As restantes nacionalidades têm uma representatividade de 523 turistas, correspondendo a 22,2%.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Foram, neste período, abertos sete concursos no valor de 756.484,73€+IVA, destacando-se os seguintes trabalhos: - Requalificação de passeios da Estrada de Turismo - Troço Flor da Ponte – Seixo - Fase 1 (235.904,16€); - Pavimentação a cubos de granito em Izeda e Vila Boa Carçaozinho (146.261,10€); - Pinturas de sinalização horizontal em diversos arruamentos da cidade de Bragança (54.000,00€); - Arranjo nos arruamentos da cidade – Rua da Estacada e Rua do Antigo Largar (90.000,00€).

Neste período foram adjudicados trabalhos no valor global de 976.600,37€+ IVA, nomeadamente: - Conservação da rede viária municipal - Pavimentação da estrada municipal 501 - 1 Baçal à estrada nacional 2018 - 3 e pavimentação da estrada municipal 501 e estrada municipal 504 acesso a Varge (247.698,43€); - Conservação da rede viária - Beneficiação da pavimentação da estrada municipal 503 - 1 acesso a Donai, pavimentação do caminho municipal 1186 entre Formil e Fontes Barrosas e pavimentação do caminho municipal 1052 de acesso a Moredo (169.752,24€); - Beneficiação e pavimentação das vias municipais, pavimentação da estrada municipal 524 de Carocedo a Grijó de Parada e CM 1046 da EM 524 a Freixedelo (199.372,50€); - Beneficiação e pavimentação da estrada municipal 542 de Coelhoso ao rio Sabor (335.486,20€).

Outras obras a decorrer: - Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis” e “Ecodomus”; - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Execução de saneamento em Terroso, Parâmio e Gondesende; - Execução do Saneamento e ETAR em França, Rabal e Rebordãos. Atualmente os trabalhos desenvolvem-se nas localidades de França, tendo em Rebordãos sido já executada uma fossa séptica e instalado o correspondente coletor de drenagem. Os trabalhos em Rabal serão iniciados brevemente; - Construção da primeira fase do Brigantia EcoPark; - Construção do novo espaço para a feira; - Construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones; - Pavimentação e prolongamento da Rua Dr. António Machado na Zona Industrial das Cantarias; - Beneficiação do antigo edifício da Cooperativa da Terra Fria, sito no Bairro da Estação; - Arranjo urbanístico da Rua Emílio Navarro no acesso ao Paço Episcopal.

Através da maquinaria e recursos humanos da Câmara Municipal deu-se continuidade ao importante trabalho desenvolvido nas Freguesias rurais do Concelho de Bragança, nomeadamente: - Aplicação de herbicida, nas estradas de Conlelas, Alimonde, Formil, Castrelos, Zoio, Refoios, Martim, Estádio Municipal, Cemitério .S. Condestável, estrada de Donai, Espinhosela, Terroso, Mações, Soutelo, Fontes Transbaceiro, Montesinho, Rio de Onor, Quadramil, Carrazedo, Gondesende, Cova de Lua, Soutelo, Baçal, Aveleda; - Limpezas das bermas das estradas S. Lourenço, Santuário de Serapicos, Serapicos, Sanceriz, Frieira, Macedo do Mato, Vale de Nogueira, Moredo, Fermentãos; - Alargamento da estrada de Mós /Valverde/Paredes; - Reparação de caminhos em Vilarinho; - Arranjo de largo em Lagomar; - Limpeza do parque de estacionamento na Petisqueira (festa da fronteira); - Limpeza e reparação de valetas da estrada da Petisqueira; - Limpeza de estradas com destroçador na N.ª Senhora do Aviso, Sanceriz, Macedo do Mato, Serapicos, Vale de Nogueira, Fermentãos, Sendas; - Limpeza de caminhos com destroçador em Mações e Zeive.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

1) Setor de Águas, executados os seguintes trabalhos - Rua Trindade Coelho: Colocação de contadores no exterior das habitações; - Moredo: Início dos trabalhos para a ligação do furo vertical de água; - Captação do rio Baceiro: Trabalhos de reabilitação do sistema de captação, instalado nesta linha de água e que serve, no período de verão, para reforçar o abastecimento de água à cidade de Bragança; - Grijó de Parada: Substituição da rede de abastecimento de água e rede de saneamento.

2) Setor de Saneamento: - Ampliação da rede de saneamento em Salsas, em colaboração com a Junta de Freguesia; - Em execução a empreitada “de Saneamentos e construção de ETAR nas aldeias de França, Rabal e Rebordãos”; - Adjudicação da empreitada: “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE 30M3 E LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA NA ALDEIA DE MARTIM”, pelo valor de 36.868,00€. O projeto prevê a elevação da água da atual captação para o novo reservatório a instalar e ainda o reforço com novo sistema adutor de água; - Em fase de análise o concurso público a “EXECUÇÃO DE FUROS NAS LOCALIDADES DE ALFAIÃO, LABIADOS E OUTEIRO”, com um custo previsível de 37.782,00€.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (34); limpeza de fossas (40); execução de novas ligações (34); substituição de contadores (65); reparação de fugas (63).

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1) Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; Plantação de flores anuais (verão) em todos os canteiros dos espaços verdes e floreiras fixas e piramidais; Apoio na manutenção do estádio municipal, corte de relva e transporte; Programação de todos os sistemas de rega automáticos; Rega de árvores de alinhamento com camião cisterna; Manutenção, corte, das áreas de cedência com roçadoras; Limpeza da Quinta da Trajinha para comemoração do dia do Ambiente.
- 2) Gestão Cemiterial: Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades: - Inumações – (13); - Concessão de terrenos (4); - Licenças de construção (2).
- 3) Manutenção Urbana: Foram sinalizados percursos pedestres e de BTT na Quinta da Trajinha, com a instalação de 38 setas sinalizadoras em madeira, num total de percursos de 1980mts; Foi executada a pintura dos lotes de terrado para a Feira da Petisqueira; Foram executadas 30 caldeiras de árvores na Av. Abade de Baçal; Foram colocados 63 pilaretes delimitadores no Bairro da Providência e no Loteamento das Comunidades; Foram colocados e repostos 16 sinais de sinalização vertical.
- 4) Parques Infantis: Foram realizados trabalhos de manutenção dos parques infantis da área urbana, tendo sido lubrificados todos os aparelhos com locais de rotação; Foram instalados 4 equipamentos de manutenção física no Bairro da Providência.
- 5) Gabinete Técnico Florestal: Acompanhamento/fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes. No âmbito das ações de sensibilização/informação previstas no PMDFCI foram lançados dois spots nas rádios locais, disponibilizadas mensagens informativas na página da CMB e no facebook.
- 6) Resíduos sólidos urbanos: Durante o mês de maio foram instalados 16 novos ecopontos (12 na área urbana e 4 na área rural). Na produção de resíduos, verificou-se uma redução de 7% na produção de resíduos indiferenciados, sendo que o decréscimo mais significativo verificou-se em perímetro urbano. Verificou-se uma redução de 13% na produção de resíduos seletivos, sendo que grande parte deste valor deveu-se à redução do papel/cartão. Estima-se para 2013, face aos valores dos 3 primeiros meses, um decréscimo médio de 5 % para a recolha indiferenciada, sendo que a recolha seletiva tem evidenciado valores similares a 2012. A produção diária per capita de RSU's em 2012 foi de 1.13kg, sendo que em 2011 foi de 1.22kg. A média nacional em 2012 foi de 1.20kg.

Foi apresentado, no dia 30 de abril, no Auditório Paulo Quintela, o Manual para a Conservação e Reabilitação da Diversidade Bioconstrutiva, no âmbito do projeto, de cooperação transfronteiriça Norte de Portugal – Castela e Leão, BIOURB – Diversidade Construtiva Transfronteiriça, Edificação Bioclimática. Neste Manual são catalogadas e explicadas soluções que correspondem a boas práticas construtivas identificadas no território, ligadas à arquitetura tradicional, mas também soluções que emergem da inovação tecnológica orientada para a sustentabilidade ambiental e económica.

Nas comemorações do Dia do Ambiente de 2013, realizaram-se um conjunto alargado de atividades, nomeadamente a emissão de 6 spot's diários na Rádio Brigantia sobre a defesa da floresta contra incêndios, uma mostra de equipamento usado na recolha e valorização dos RSU's no concelho de Bragança, entrega de compostores ao Centro Social e Paroquial do S. Condestável, uma campanha de sensibilização sobre animais de companhia e a sinalização de percursos pedestres e BTT na Quinta da Trajinha

4.3. Serviço Municipal de Proteção Civil: Articulação com o CDOS e Bombeiros das atividades do Serviço Municipal 'de Proteção Civil; Apoio logístico à Corporação de Bombeiros de Bragança nos cursos de desencarceramento; Preparação de Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil para aprovação.

4.4. Médico Veterinário Municipal: No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foram efetuadas 3 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe.

Foram efetuadas vistorias a 3 refeitórios do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e às instalações onde são confeccionadas as refeições pela empresa que fornece os almoços, 5 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade e 6 vistorias a veículos de venda ambulante.

Emissão de parecer sobre 5 projetos de instalações pecuárias e 2 de instalações para fabrico de fumeiro.

4.5. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Entrada em funcionamento do sistema integrado de telecomunicações na Câmara Municipal; - Continuação de trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento/arrefecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- A 28.ª Festa de Fronteira em Honra de Nossa Senhora de Fátima, que decorreu no dia 12 de maio, teve, este ano, uma importância redobrada para as populações da Petisqueira e de Villarino de Manzanas (Espanha) com a inauguração da Ponte Internacional entre as duas localidades.

- Teve lugar, de 23 a 26 de maio, no Pavilhão do Nerba, a II Edição da Expo Trás-os-Montes, que é, agora, “amadrinhada” pela cantora Dulce Pontes, erradicada em Bragança. O evento visou promover a economia regional e fomentar a cooperação entre as empresas e setores de atividade económica, nomeadamente agroalimentar, cultural, artesanal e turístico. Durante a cerimónia de abertura, foi celebrado um protocolo de apoio financeiro entre o Município de Bragança e o NERBA, com vista à requalificação do Pavilhão do Nerba, com uma comparticipação do Município em cerca de 80 por cento do investimento, ou seja, 160 mil euros.

- No dia 1 de junho, nas novas instalações do Município de Bragança, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, presidiu à cerimónia de entrega do título de captação de água na Barragem de Veiguinhas, pelo Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Dr. Paulo Lemos, à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e a do contrato de construção da Reserva de Água de Montesinho - Barragem de Veiguinhas, pelo Presidente da empresa Águas de Portugal, Eng.º Lobato Faria, à empresa responsável pela construção Amândio Carvalho SA.

As obras de construção da albufeira da Reserva de Água de Montesinho - Barragem de Veiguinhas, que representam um investimento de 6,8 milhões de euros, começam já no próximo mês e deverão estar concluídas no período de 14 meses, servindo cerca de 50 mil habitantes dos Concelhos de Bragança e Vinhais.

Terminada a sessão, o Primeiro-Ministro reuniu com o Presidente da Câmara Municipal de Bragança e com a direção do NERBA, para se inteirar dos problemas enfrentados pelos empresários do distrito de Bragança.

A passagem do Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, por Bragança terminou com uma visita às obras do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia EcoPark, onde foi efetuada a apresentação da missão e objetivos do projeto pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança e pelo Diretor Executivo do Brigantia EcoPark, Professor Paulo Piloto.

- Entre os dias 6 e 9 de junho decorreu, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, mais uma edição do “Artes e Livros” que este ano integrou no seu programa o “Encontro de Academias de Letras Lusófonas”, “Jornadas Gastronómicas”, conferências, jornada de negócios e a atividade de serviço educativo “Cozinhando contos...” em cada um dos Agrupamentos de Escolas.

Foram apresentados dezassete livros, realizadas seis conferências, encontro gastronómico durante o qual os chefs Offir Oliveira e Carmelo Procópio Júnior deram a conhecer o melhor da gastronomia Amazónica, o chef João Carlos Silva apresentou propostas da gastronomia de São Tomé e Príncipe e o chef José Cordeiro confeccionou pratos tipicamente transmontanos. Realizados, ainda, intercâmbios literários entre membros das academias, visitas culturais e o concerto de encerramento na Igreja de Santa Maria com o grupo Lacre. No dia 08 de junho procedeu-se à atribuição da medalha Municipal de Mérito e Diploma ao Maire-Senateur de Pavillons-Sous-Bois, Philippe Dallier, pela forma como acolheu os portugueses em liberdade, em diálogo e respeito pelas diferenças culturais e de identidade, conseguindo a integração, a interpenetração social e especialmente a sua participação, individual e associativa, na realidade social, cultural e política de Pavillons-Sous-Bois, além de encorajar o desenvolvimento de relações amistosas de Bragança e dos Bragançanos com Pavillons-Sous-Bois, e por promover ações que aproximam ambos os Municípios, organizações e cidadãos.

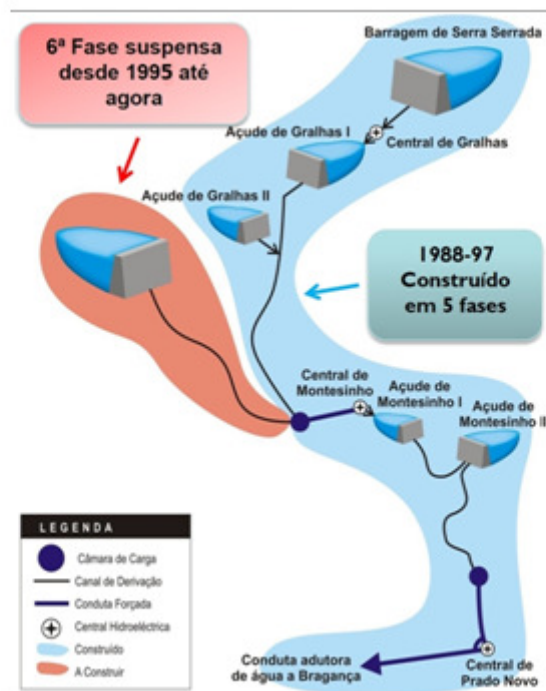
- O Presidente da Câmara Municipal de Bragança recebeu, no dia 11 de junho, os jogadores, equipa técnica e órgãos sociais do grupo Desportivo de Bragança, entregando a cada elemento uma medalha do Município, em reconhecimento pelos resultados obtidos, ao nível da formação, equilíbrio das contas do Clube e pela conquista do quarto título de Campeão Nacional da Terceira Divisão, série A.

Município de Bragança, 17 de junho de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,

a) António Jorge Nunes, Eng.º Civil “

----- **Presidente da Câmara – Fez a seguinte apresentação do PowerPoint,:**



32



Eventos/Acontecimentos

**TORNEIO
LOPES DA SILVA**
interassociações 2013



22 A 29 DE JUNHO 2013
BRAGANÇA

- ✓ 22 Associações Distritais de Futebol sub-14 a participar
- ✓ 400 atletas, num total de 700 pessoas

30



Eventos/Acontecimentos

18 de junho: Assinatura de protocolo de colaboração entre a EDP e o Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark



18 de junho: Apresentação do Torneio Nacional Lopes da Silva em Bragança



29



Eventos/Acontecimentos

11 de junho: Receção dos Órgãos Sociais, equipa técnica e jogadores do GDB



27



Eventos/Acontecimentos

8 junho: Dia do Desporto



26



Eventos/Acontecimentos



08 junho: Atribuição da medalha Municipal de Mérito e Diploma ao Maire-Senateur de Pavillons-Sous-Bois, Philippe Dallier

27



Eventos/Acontecimentos

**06 a 09 de junho.: Evento Artes e Livros –
Encontro de Academias de Letras Lusófonas**



24



Eventos/Acontecimentos

06 de junho: Dia do Ambiente



25



Eventos/Acontecimentos

1 de junho: Visita de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho

Cerimónia de entrega do título de captação de água na Barragem de Veiguinhas e do contrato de construção da Reserva de Água de Montesinho - Barragem de Veiguinhas



Visita ao PCT – Brigantia EcoPark

22



Eventos/Acontecimentos

23 a 26 de maio: II Edição da Expo Trás-os-Montes



Assinatura de protocolo de apoio financeiro com o NERBA, para requalificação do Pavilhão de Exposições (160 mil euros; 80% do investimento global previsto)

21



Eventos/Acontecimentos

9 e 10 de maio: 3.ª edição da Feira de Emprego, Educação e Solidariedade



12 de Maio: 28.ª Festa de Fronteira - Petisqueira

20



Eventos/Acontecimentos



08 de Maio: Realojamento de 8 famílias em fogos sociais

19



Eventos/Acontecimentos



01 de maio: XIV Edição do Encontro de Jogos Tradicionais- Coelho

02 de Maio: XIV Milha das Cantarinhas



15



Outros trabalhos Freguesias

- Limpeza de estradas com destroçador na N.^a Senhora do Aviso, Sanceriz, Macedo do Mato, Serapicos, Vale de Nogueira, Fermentãos, Sendas; - Limpeza de caminhos com destroçador em Maçãs e Zeive.



17



Trabalhos nas Freguesias



Rebaixamento e calcetamento de rua em Rebordãos

Obra a cargo da Junta de Freguesia, com apoio financeiro e das máquinas da CMB

16



Trabalhos nas Freguesias



Requalificação do adro da Igreja de Rabal

Obra a cargo das Junta de Freguesia, com apoio financeiro da CMB

17



Trabalhos nas Freguesias



Bar/salão de convívio – Santa Rita, Terroso

Obra a cargo da Junta de Freguesia, com apoio financeiro da CMB

14



Trabalhos nas Freguesias



Calcetamentos em Castro de Avelãs



Calcetamentos em Alimonde

Obras a cargo das Juntas de Freguesia, com apoio financeiro da CMB

13



Trabalho concluído

Substituição do piso sintético do CEE



12



Obra em curso

Arranjo urbanístico da Rua Emílio Navarro no acesso ao Paço Episcopal



11



Obra em curso

Requalificação da antiga Cooperativa da Terra Fria e atual Sede da Associação Entre Famílias



10



Obra em curso

Alargamento dos caminhos municipais 1061 e 1062 Mós/Valverde/Paredes



9



Obra em curso

Recinto da Feira de Bragança – Porta da Rota da Terra Fria de Bragança

Custo Obra: 1,11 M €

Área de intervenção: 13.000 m²

Prazo de execução: 14 meses



6



Obra em curso

Pavimentação da área envolvente ao Estádio Municipal



7



Obra em curso

RECINTO DE VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTOCTONES

Inv.: 1,20 M€ ; Início: nov.: 2012; Data prevista conclusão: agosto 2013



6



Obra em curso

REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS

Invest.: 10,85M€

Data prevista conclusão: agosto 2013

Projeto Ecopolis - Prémio de Excelência na categoria de "Inovação", atribuído pelo Jornal de Planeamento e Cidades



5



Obra em curso

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS

Invest: 10,85M€

Data prevista conclusão: julho 2013



Obra em curso

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS

Invest: 10,85M€

Data prevista conclusão: agosto 2013



1



Eventos/Acontecimentos

12 de junho: Festa das Atividades de Enriquecimento Curricular



Obra em curso

Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK



1.ª Fase - Custo da obra: 7,31 M€

Invest.: 9,5 M€

Início: maio 2012 - Prazo de execução: 18 meses



2

----- Tomado conhecimento.

----- Membros que usaram da palavra para solicitar esclarecimentos:

----- Ana Almeida;

----- José Fernandes;

----- Maria Paula;

----- José Castro.

----- Membros que usaram da palavra para intervenção:

----- Carlos Cadavez;

----- José Castro;

----- João Rodrigues – Apresentou, por escrito, o seguinte:

----- “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Bragança

----- Sra. Secretária e Sr. Secretário

----- Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança.....

----- Exmos. Senhores Vereadores

----- Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal.....

----- Exmo. Público

----- Exma. Comunicação Social

----- Minhas Senhoras e meus Senhores,

----- Há dezasseis anos, perante as múltiplas necessidades e carências de toda a ordem existentes na minha Freguesia, e perante o encargo que acabava de assumir, em representação do meu povo, para procurar a sua satisfação, vim aqui, a esta tribuna, lançar um apelo veemente ao Sr. Presidente da Câmara, e também a esta Assembleia, no sentido de todos me ajudarem naquela tarefa ousada e difícil..

----- Pois bem.

----- Ao terminar este ciclo de 16 anos, quatro mandatos, ao serviço da cidadania, em Alfaião, é com a mais pura atitude de reconhecimento, mas também de orgulho, que aqui estou, outra vez, para lhes dizer que hoje, Alfaião, já não é mais aquele lugar sombrio e feio, que só tinha uma fonte para 80 fogos, de que nos falava, há 50 anos, um “Velho do Restelo”, que ainda tem por aí muita prole, a quem o Mensageiro de Bragança deu espaço jornalístico, na altura, para denegrir a minha terra e a minha gente.-

----- E, não satisfeito, este mensageiro da inverdade e do mau gosto, terminava assim o seu energúmeno relato:

----- “ Irá nascer enfim o sol para Alfaião?”

----- Então saiba aquele senhor, com minúsculas, lá no sítio onde estiver, duvido que esteja bem, que o sol, quando nasce, e sempre assim foi, até nasce primeiro em Alfaião do que em Bragança e que Alfaião dispõe hoje de:.....

----- 2 excelentes acessos rodoviários a Bragança, com transportes urbanos 4 vezes ao dia;

----- Acesso à A4, a menos de 1 Km da última habitação;

----- Uma nova rede de abastecimento público de água;.....

----- Saneamento básico;

----- Um sóbrio edifício da Junta de Freguesia;

----- Um centro de convívios por onde já passaram milhares de cidadãos, da aldeia, da cidade, de dentro ou de fora do concelho;

----- Um Polidesportivo para a prática do desporto e para os bailes das grandes festividades;.....

----- Todas as ruas pavimentadas a cubos de granito;.....

----- Rede elétrica de qualidade com 3 PT’s de média tensão;.....

----- Um Parque de Merendas e de Lazer, com sanitários e um pequeno “edifício de apoio ao visitante”, a inaugurar dentro de dias, e com ligação à aldeia por um caminho municipal devidamente asfaltado.....

----- E, no que toca à demografia, Alfaião tem hoje 176 habitantes, mais 3 do que rezam os censos de 2001, com 3 nascimentos e, 2012, e com a construção e recuperação de 26 habitações para casais jovens, neste período de 16 anos.

----- E, nos setores da cultura, do lazer e do desporto, Alfaião dispõe de 2 associações, em plena atividade e com participação dos sócios, e de um grupo coral para abrilhantar as missas de todos os domingos.....

----- Também neste campo, para perpetuar a memória dos nossos ícones, foram construídos monumentos de homenagem ao Emigrante de Alfaião, outro em homenagem às Lavadeiras de Alfaião, e outro, ainda, ao S. Martinho, patrono da Freguesia.

----- E acerca da economia das famílias, dir-lhes-ei, também, com muita satisfação, que mesmo neste turbilhão de desgraças e desespero em que vive a maior parte dos portugueses, Alfaião goza de um tranquilizador desafoço.

----- Desde logo, porque:

----- Não há desempregados;.....

----- Todos os dias saem 47 trabalhadores para Bragança;

----- O que sobra da agricultura de subsistência, é vendido e dá para acrescentar às reformas, pequenas, embora;

----- Existem duas cozinhas de fumeiro regional, uma delas com 7 trabalhadores, durante quase todo o ano, com vendas no mercado da região e nas grandes superfícies;.....

----- Uma unidade de cunicultura, com 480 reprodutoras, com vendas para o mercado espanhol, na ordem das 60 tons. Anuais.....

----- Os nossos campos têm apetências excepcionais para a exploração de uma agricultura intensiva e rica. -

----- Hoje, minhas Senhoras e meus Senhores, também pela sua privilegiada proximidade a Bragança, Alfaião é um lugar aprazível, seguro, onde as pessoas, simples, afáveis e acolhedoras, vivem bem, Alfaião é, de facto, **uma Aldeia modelo para o século XXI.**

----- Sr. Presidente da Assembleia, algo do que acabo de elecar, devo-o ao trabalho dos meus antecessores e dos anteriores e distintos presidentes de Câmara. Fizem o que puderam, com o dinheiro que tinham.....

----- Mas, em abono da verdade, a obra é 90% do atual Presidente da Câmara.

----- Por isso, o meu povo e eu dizemos-lhe, com toda a justiça:

----- MUITO OBRIGADO, Sr. Eng.º Jorge Nunes.

----- Mas, Sr. Presidente da Câmara Municipal, permita-me que reparta este agradecimento com a sua vereação atual e com os membros das vereações anteriores, nomeadamente, com o Sr. Comandante Freixo, Sr. Arquitecto Nuno Crsitóvão e Dr.ª Alice Borges, assim como com todas as chefias e restantes trabalhadores do nosso Município, cujo profissionalismo aqui atesto, dos quais recebi sempre todo o acolhimento e pronta disponibilidade.

----- Finalmente, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Eng.º Jorge Nunes, MUITO OBRIGADO também, na minha qualidade de simples cidadão, que, todos os dias, come, inspira, contempla e pisa esta Nova Bragança que, ao longo destes 16 anos, foi construindo e agora nos deixa, a nós brigantinos, a Portugal e a quem nos visita, cada vez em maior número.....

----- Felicitações à Mesa.

----- Aos Grupos Municipais.....

----- Aos colegas Presidentes de Junta.”

----- **Ainda usaram da palavra os seguintes membros:**.....

----- **António Malhão;**.....

----- Luís Filipe – Apresentou, por escrito, a seguinte -----

“MOÇÃO

----- A atual legislação só prevê a criação de Postos de Emergência Médica (PEM) nas sedes de concelho, pelo que só as Associações de Bombeiros destas sedes podem ser contempladas com esses postos. Esta distribuição, no litoral é fácil de fazer e de executar, visto que as áreas dos concelhos são normalmente pequenas, mas não se enquadra no interior de Portugal onde as áreas dos concelhos são, por norma, maiores e com os núcleos populacionais muito mais dispersos. O concelho de Bragança apresenta a oitava maior área do país.

----- O concelho de Bragança, possui duas corporações de Bombeiros, uma localizada em Bragança e outra em Izeda, distando uma da outra, cerca de 45 Km.

----- Izeda possui um posto reserva de emergência médica o que significa que sempre que é acionada pelo CODU, tem que sair para atender à emergência, isto 24 sobre 24 horas. A atribuição da saída é hoje feita pela distância mais curta. Por isto Izeda tem hoje um número de saídas, dados do INEM sobre 2012, acima da média dos postos PEM do distrito de Bragança. Como explicar isto?

----- Se olharmos para a situação geográfica de Izeda verificamos que se encontra localizada no limite inferior do concelho de Bragança, no limite superior do concelho de Macedo de Cavaleiros e no limite Oeste do concelho de Vimioso, onde ainda se localizam povoações bastante populosas. No entanto, as distâncias de Izeda aos postos PEM mais próximos são de 45 Kms a Bragança, 35.a Macedo de Cavaleiros e de 31 a Vimioso, distâncias que não se compadecem com a rapidez que se exige em termos de socorro, onde em determinadas circunstâncias um minuto pode significar muito.

----- Por tudo isto, entendemos que a atribuição de um posto PEM deve ser feita pelo número de saídas, ou seja pela população atendida e não por um mero aspeto burocrático, sede de concelho.

----- Neste sentido, solicitamos à tutela, Ministério da Saúde e Instituto de Emergência Médica que a legislação seja revista, o mais rápido possível, ou se criem exceções onde realmente se justifiquem, que é o caso de Izeda.

----- A criação destes postos significa, para as Associações, o financiamento da ambulância, tripulações e materiais utilizados, o que em muito ajudariam ao normal funcionamento destas.

----- Esta moção, a ser aprovada, deve ser enviada aos Srº Primeiro Ministro, Srº Ministro da Saúde, Presidente do INEM, Presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, Presidente da Liga Portuguesa de Bombeiros, Presidente da Federação de Bombeiros do Distrito de Bragança e Comunicação Social, regional e nacional.

O Membro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista
a) Luís Filipe Pires Fernandes”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 - Proposta de Atribuição de Medalha Brasão de Ouro do Município;

“CERTIDÃO

LUISA MARIA PARREIRA BARATA, Licenciada em Direito e Chefe da Unidade de Administração Geral do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA BRASÃO DE OURO DO MUNICÍPIO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

Tendo por base as Normas de Atribuição da Chave da Cidade e Medalha Municipal, e a política do Município de homenagear cidadãos que, pelo seu prestígio, contributo e cargos desempenhados, têm contribuído de forma assinalável para o desenvolvimento do Município de Bragança, apresento a seguinte proposta de homenagem ao Exmo. Senhor, Dr. Pedro Afonso de Paulo, nascido em Lisboa, em 21 de junho de 1970, licenciado em Economia (1996), com uma pós-graduação em Análise Financeira (1999) e um MBA em Finanças Empresariais (2002).

Iniciou a sua carreira profissional na Bouygues (1994), onde desempenhou a função de controlador de obras de grande envergadura, como a Valorsul ou a Expo98, tendo transitado para o Grupo A. Silva & Silva e posteriormente para a Somague, onde permaneceu até 1999. Em 2000, realizou simultaneamente o MBA Internship no BCP Investimento, após concessão de uma bolsa, e frequentou a Escola de Gestão de Roterdão, na Holanda, onde obteve um MBA em Finanças Empresariais.

Integrou gabinetes governamentais nos XV e XVI Governos Constitucionais, onde acompanhou as áreas financeiras, de investimento e tarifária das 44 empresas do universo Águas de Portugal, a

reestruturação do sector das águas, a negociação dos fundos do QREN e a elaboração da nova lei do arrendamento.

Foi Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Entre 2007-2011, foi Diretor Executivo da sub-holding Sapec Química (Química, Ambiente e Energia), tendo anteriormente (2005-2007) sido administrador com o pelouro financeiro da empresa Triquímica e consultor de várias empresas.

Foi vogal do Conselho Superior de Estatística (2002-2005), tendo sido igualmente administrador (não executivo) da Amarsul, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EGF e Presidente do Conselho Fiscal das Águas de Moçambique, todas pertencentes ao Grupo Águas de Portugal (2002-2003).

É Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território do XIX Governo Constitucional, Desde 28 de Junho de 2011.

Considerando que, desde há cerca de 40 anos, Bragança enfrenta um problema crónico de abastecimento de água, problema que foi mitigado, mas não resolvido, pela execução, incompleta, do “Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor”, faltando executar a 6.ª e última fase que compreende a construção de uma reserva de água - barragem de Veiguinhas;

Considerando que, decorridos mais de 15 anos da execução de cinco das seis fases do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor e depois de terem sido elaborados diversos e múltiplos estudos técnicos e ambientais realizados em diferentes momentos, por equipas técnicas e de diversas competências, estudadas todas as alternativas possíveis, concluíram pela inexistência de alternativa à solução apontada há 32 anos, ou seja pela inviabilidade de encontrar soluções fora da área do Parque Natural de Montesinho;

Considerando que, em 2012 a Comissão de Acompanhamento, que integra vários organismos públicos com competência técnica e legal, confirmou e validou ser “Veiguinhas” a única solução viável para resolver o problema de abastecimento de água a Bragança, tendo em 19 de Março do mesmo ano a Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território emitido Declaração de Impacte Ambiental com decisão favorável ao reforço de abastecimento de água a Bragança a partir de Montesinho contemplando a construção de Reserva de Água de Montesinho em Veiguinhas e o circuito de ligação ao sistema existente;

Considerando que, o Município de Bragança no âmbito das suas atribuições e responsabilidades para pugnar pelo cumprimento do interesse público no abastecimento sustentável de água ao concelho

em situação de regularidade, quantidade, qualidade e a preço eficiente e justo para as famílias e agentes económicos, decidiu, em Reunião de Câmara Municipal realizada no dia 10 de Dezembro de 2012, por se tratar do momento próprio, declarar o Interesse Público do projeto de “Reforço do Abastecimento de Água a Bragança”, e que idêntica deliberação foi tomada pela Assembleia Municipal de Bragança em sessão realizada em 17 de Dezembro de 2012, e que na continuação da referida decisão foi solicitada pela Câmara Municipal de Bragança à Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e à Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural a declaração de relevante Interesse Público do projeto de execução da reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente;

Considerando que, por Despacho Conjunto n.º 1391/2013, com data de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, foi declarado o Relevante Interesse Público do referido projeto;

Por fim, considerando que a atitude, o empenho e a vontade política de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Senhor Dr. Pedro Afonso de Paulo, foi determinante para resolver o maior problema com que Bragança se tem debatido nas últimas décadas;

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º, das Normas de Atribuição da Chave da Cidade e Medalha Municipal, proponho a atribuição da Medalha Brasão de Ouro do Município, conferindo o título de “Cidadão Honorário de Bragança”, ao Exmo. Senhor, Dr. Pedro Afonso de Paulo, como testemunho e reconhecimento do Município, pelos serviços de excecional relevância prestados a Bragança, e a sua homenagem em cerimónia solene.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 5 votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 2 abstenções, dos Srs. Vereadores, José Leonel Branco Afonso e Humberto Francisco da Rocha, aprovar, a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13.º das Normas de Atribuição da Chave da Cidade e Medalha Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de junho de 2013.

a) Maria Luísa Parreira Barata”

----- Neste Ponto da Ordem de trabalhos o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal proferiu a seguinte intervenção, apresentada por escrito.

“Construção do Sistema do Alto Sabor/Veiguiñas

Síntese dos principais momentos Construção do Sistema do Alto Sabor/Veiguiñas

1 – Principais decisões relativas à concretização do projeto do Alto Sabor

Nos anos 70, Bragança vivia já um grave problema estrutural de abastecimento de água. **No ano de 1978**, a Câmara Municipal em colaboração com o Governo Central através da Direção Geral dos Recursos Naturais, **iniciou os estudos para o reforço do abastecimento de água a Bragança, a partir do sistema montanhoso a Norte** (Serra de Montesinho), estudos designados de Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor, que incluíam a construção de duas barragens (Serra Serrada e Veiguiñas).

O objetivo foi claro: conseguir em período de chuva o armazenamento suficiente de água com qualidade, baixos custos de transporte e de tratamento, assegurando reservas estratégicas capazes de garantir o abastecimento de água, bem essencial à vida das pessoas e ao desenvolvimento das atividades económicas.

Aprovado o projeto no ano de 1987, foi assinado no ano de 1989, Contrato Programa entre o Ministério do Planeamento e da Administração do Território e a Câmara Municipal, Para a construção do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor. As obras incluíam seis fases, duas barragens (Serra Serrada e Veiguiñas), a estação de tratamento, condutas e depósitos.

No final do ano de 1988, iniciaram as obras com a construção da barragem de Serra Serrada, estando prevista a conclusão no ano de 1993 de todo o empreendimento do Alto Sabor.

As obras sofreram atrasos, os custos aumentaram e, **a 26 de Agosto de 1994, a Câmara Municipal de Bragança propôs ao Governo a revisão do Contrato Programa inicial, no sentido de utilizar a totalidade das verbas previstas para o obra, concentrando-as em cinco fases, excluindo, assim, a construção da barragem de Veiguiñas ainda não iniciada**, e com o argumento (contrário a todos os estudos técnicos realizados) de que a médio prazo seria dispensável a sua construção, podendo no entanto voltar a ocorrer uma nova revisão ao Contrato Programa para incluir a construção da barragem de Veiguiñas, possibilidade que tinha como prazo limite 31 de dezembro de 1995. No ano de 1996 a Câmara Municipal apresentou nota justificativa da necessidade e urgência do escalão de Veiguiñas.

A legislação ambiental mudou, a barragem de Veiguinhas, que estava autorizada desde o final da década de oitenta, não estando construída, tendo sido retirada do Contrato Programa e perante nova legislação teve que ser submetida a Estudos de Impacte Ambiental (EIA), processo que decorreu ao longo dos últimos 16 anos.

Em 1997 foi iniciado o primeiro EIA do Projeto de Execução da Barragem de Veiguinhas (“Aproveitamentos Hidráulicos do Alto Sabor – 6.ª fase – Escalão de Veiguinhas”) pela empresa Hidrotécnica Portuguesa.

A 18 de Agosto de 1998, por despacho do Gabinete da Ministra do Ambiente (Direcção-Geral do Ambiente), foi solicitada a reformulação do EIA e encerrado o processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Apresentados os estudos adicionais pedidos pela DGA, foi a 26 de Outubro de 1999 proferido novo despacho no sentido de ser realizado novo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para reinício do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Em Maio de 2000, foi entregue novo EIA, na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais – Norte para reinício do processo de AIA, estudo que respondia a todos os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Avaliação. Em Julho de 2000 foi entregue uma nova versão do Resumo Não Técnico do EIA. Em Agosto de 2000, a DRAOTN exigiu nova reformulação do EIA de forma a respeitar nova legislação que tinha entretanto entrado em vigor, D.L. 69/2000 de 3 de maio.

Em Dezembro de 2000, a reformulação do EIA foi enviada para o PNM, para apreciação prévia, tendo-se obtido resposta passados quase sete meses apesar da insistência da Câmara Municipal de Bragança (CMB).

Em Outubro de 2001, a DGA voltou a declarar a desconformidade.

No ano de 2002, o processo foi retomado pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e reiniciados os Estudos como uma Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo do Impacto Ambiental, a cargo da empresa Prósistemas.

No ano de 2003 foi apresentada a Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental do Reforço de abastecimento de água a Bragança, tendo sido apresentadas várias alternativas, concluindo pela eliminação de algumas.

No ano de 2004, aprovada a PDA, iniciou-se um novo EIA, para procedimento de AIA, do projeto “Origem de Água para Reforço do Abastecimento ao Concelho de Bragança e Limitrofes” em que, em fase de estudo por falta de viabilidade foram abandonadas as seguintes possibilidades: o alteamento da Serra Serrada; alteamento dos açudes de Gralhas e Montesinho e solução mista (superficiais e

subterrâneas), e desenvolvidas as seguintes hipóteses alternativas à barragem de Veiguinhas – Parâmio e Castrelos – além da alternativa de captação na albufeira do Azibo.

Em fase de audiência prévia, o Gabinete do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território solicitou novos elementos de análise dos impactes ambientais, estudos entregues pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e que continuaram a evidenciar Veiguinhas como a solução mais económica e de menor impacto ambiental.

A 4 de Março de 2005 foi emitida Declaração de Impacte Ambiental (DIA) desfavorável à implementação das alternativas de Veiguinhas, Parâmio e Castrelos, e favorável condicionada ao abastecimento de Bragança e limítrofes a partir da Barragem do Azibo (por estar fora do Parque Natural de Montesinho). O projeto alvo de DIA favorável condicionado não foi executado por ser considerado economicamente inviável e existir oposição social por incompatibilidade com outros usos da água, já autorizados (abastecimento público a Macedo de cavaleiros e Mirandela, regadio e lazer).

No ano de 2007, a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro apresentou, em reunião de Assembleia Municipal uma nova solução, que sendo exequível em termos de engenharia (envolia o transporte de água da Serra de Montesinho, para ser armazenada na albufeira de Gostei que teria que ser refeita e quando necessária, bombeada novamente para a Serra de Montesinho para ser tratada). Esta solução não tinha racionalidade e a Câmara Municipal opôs-se ao seu desenvolvimento.

No ano de 2009, foi iniciado novo EIA com vista a AIA relativo ao projeto da “Reserva de Água de Montesinho” e outras alternativas. O proponente empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro decidiu retirar o EIA para estudo mais aprofundado das questões que estavam a ser colocadas no âmbito de reuniões prévias e que se ligavam a questões já resolvidas aquando da aprovação dos Estudos de Definição de Âmbito e por isso não retomadas. Nesta fase foram estudadas dezasseis soluções técnicas alternativas.

Foi iniciado a 14/10/2010 novo procedimento de AIA do projeto de “Reforço do Abastecimento de Água a Bragança”, sob a responsabilidade da empresa Agripro Ambiente. Foram estudadas várias possibilidades, tendo sido abandonadas as soluções: Parâmio, Castrelos, Parada e Rebordãos, e foram desenvolvidas as soluções: solução I - Reserva de Água de Montesinho com as variantes A e B; solução II – Açude de Veiguinhas + Gostei; solução III – Azibo. No quadro comparativo em termos económicos e ambientais o estudo destacou a viabilidade da solução I.

A 26 janeiro de 2011, a Agência Portuguesa do ambiente emitiu decisão de desconformidade do EIA por a Comissão de Avaliação ter considerado insuficiente a justificação de alternativas, em particular a

não avaliação da solução mista com águas subterrâneas (note-se que esta solução foi abandonada em 2005, com a concordância da C.A.

No ano de 2011, a empresa Agripro Ambiente, elaborou novo estudo em que abandona as soluções: Parâmio, Castrelos, Parada, Rebordãos, origens subterrâneas e solução mista (subterrâneas + superficiais), desenvolve três soluções: Solução I – reserva de água de Montesinho (variante A e B); Solução II – Açude de veiguiñas + Gostei e Solução III – Azibo, tendo concluído que só a solução I tem viabilidade de responder às necessidades do abastecimento de água ao concelho.

A 19 de março de 2012, o Secretario de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo, emitiu DIA favorável condicionada à solução I, variante B2 (Reserva de Água de Montesinho, em Veiguiñas).

A 26 de julho a Câmara Municipal solicitou ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, através de ofício nº 5890 (ver transcrição do ofício) que, “face ao conflito entre dois interesses públicos: o abastecimento de água às populações, vital para a sobrevivência e a violação eventual das regras ambientais com a construção da barragem de Veiguiñas, para a qual, apesar de muitos estudos feitos ao longo de anos, não se identifica alternativa viável, seja dada a prevalência ao interesse público de abastecimento de água...”, invoca-se o artº 128º do Código do Processo nos Tribunais Administrativos para defender o interesse público mais relevante.

Reconhecimento do Interesse Público - A 10 de dezembro de 2012, a câmara Municipal decidiu aprovar e submeter á assembleia Municipal de 17 de dezembro de 2012, a proposta de declaração de interesse público municipal da execução das obras de reforço do abastecimento de água a Bragança – Reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente e solicitar ao Ministério do Ambiente e emissão de declaração de interesse público.

Por despacho de 26 de julho de 2012, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo determinou:

1 – Reconhecer, para efeitos do nº 1 do artº 128 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, os graves prejuízos para o interesse público resultantes de um eventual diferimento na execução da Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada à solução I, variante B2.

2 – Determinar a continuação da execução da referida Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

Por despacho conjunto n.º 1391/2013 de 16 de janeiro de 2013, proferido pelos senhores Secretários de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo e Secretario de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Eng.º Daniel Campelo, foi declarado o relevante

interesse público do Projeto de Execução da Reserva de Água de Montesinde e Circuito de ligação ao sistema existente.

A 21 de janeiro de 2013, foi aprovado o projeto da Reserva de água de Montesinde no âmbito do Regulamento de Segurança de Barragens;

A 16 de maio de 2013, foi emitido pela Administração da Região Hidrográfica do Norte o Título de Captação de Água em Veiguinhas;

A 14. De maio de 2013, foi em aprovado pela APA, o RECAPE – Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução;

A 22 de maio de 2013, foi assinado o contrato de execução das obras e enviado ao TC para visto.

2 - Com Veiguinhas vai ser ultrapassada um grave problema no abastecimento público de água ao concelho lembrando:

Bragança sofre desde há anos de um grave problema estrutural no abastecimento de água, as reservas são precárias e insuficientes, para fazer face ao crescimento da população e da atividade económica;

Durante uma parte significativa do ano, o abastecimento público é feito (parte do inverno e primavera), por captação nos rios, colocada diretamente nos depósitos e distribuída á população sem poder ser tratada de forma adequada;

No verão o abastecimento é feito a partir da barragem de Serra Serrada, e no final do Outono e início de Inverno, quando a seca se prolonga, o abastecimento é em parte feito por transporte de camiões cisterna a grandes distancias, a partir de outros concelhos, a custos insustentáveis, com recurso a todos os meios distritais da Proteção Civil.

No Plano de Contingência, cuja elaboração envolveu autoridades nacionais de diversas áreas, constatou-se que em situação extrema, a Proteção Civil Nacional não dispõe de meios (nem mesmo com a colaboração do Exército Português e também da Unidade Militar de Emergência mais próxima de Espanha, sedeadada na cidade de Leon), para enfrentar uma situação de rotura total no abastecimento e que se existissem essa operação teria um custo estimado pela PCN de 96.000€ dia.

Estamos numa zona de montanha, aqui, as alterações climáticas sentem-se de modo mais marcante com secas mais frequentes e mais prolongadas, e a forma de obter reservas estratégicas de água só pode ser por armazenamento superficial em barragens;

Durante quinze anos fomos confrontados com impedimentos injustificáveis, argumentos incompreensíveis, negado pela via administrativa, o direito natural da população a aceder a um recurso próprio, vital á vida de todos. Chegados ao fim da linha, pensava-se já nas atitudes extremas a encarar;

Passaram 32 anos de conceção da solução, que identificou a necessidade de construir duas barragens na Serra de Monteseinho, de as obras terem sido iniciadas há vinte e cinco anos, terem sido executadas cinco das seis fases previstas, decorridos 15 anos de diversos estudos técnicos e ambientais que avaliaram dezasseis alternativas e que sempre concluíram pela inexistência de alternativa à solução projetada há 32 anos;

Estávamos pois perante uma situação em que o impedimento não podia ser resolvido pela via de mais estudos, mas sim de uma justa decisão de política de desenvolvimento, para um território específico, confrontado com grave problema no abastecimento de água e com uma evidente afronta a um direito próprio e vital á vida;

Criaram-se finalmente condições para concretizar um grande objetivo, “ garantir reservas correntes e estratégicas de água, com qualidade, a baixo custo de transporte e de tratamento”.

3 - Outros procedimentos no TAF de Mirandela

No mês de julho de 1012, a QUERCUS apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, o pedido de decretamento de Providência Cautelar de suspensão de eficácia da DIA. O TAF decidiu a 11 de Março de 2013 julgar a Providência Cautelar improcedente;

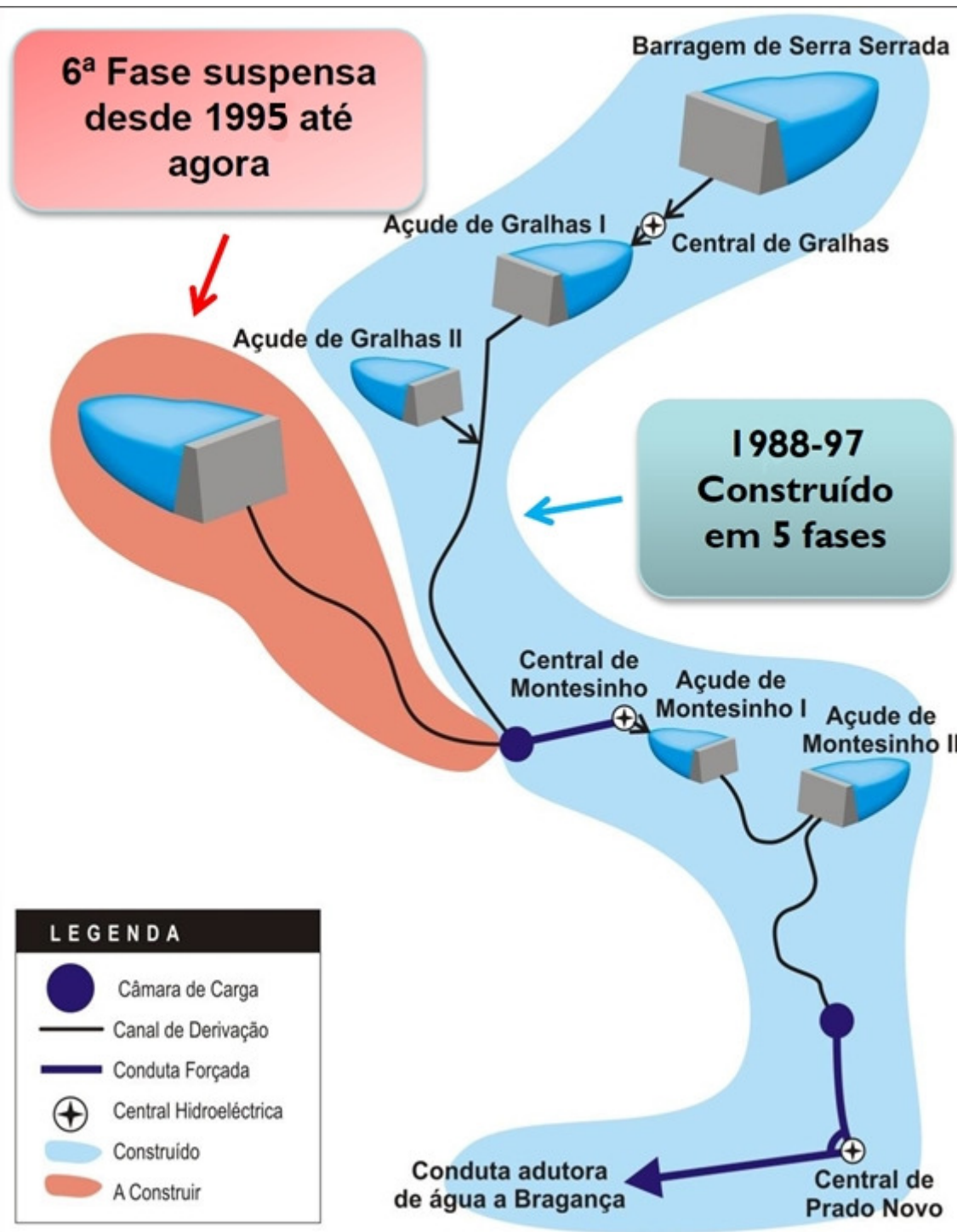
A Quercus, a 19 de Março de 2013, interpôs nova Providência Cautelar relativa à declaração de Interesse Público declarado por despacho conjunto n.º 1391/2013 de 16 de janeiro de 2013;

A 4 de Abril de 2013, foi emitida **Resolução Fundamentada** por parte dos senhores Secretários de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Paulo Guilherme da Silva Lemos e Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Eng.º Francisco Ramos Silva, que reconhece o grave prejuízo para o interesse público resultante de um eventual diferimento na execução do despacho conjunto n.º 1391/2013 de 16 de janeiro de 2013.

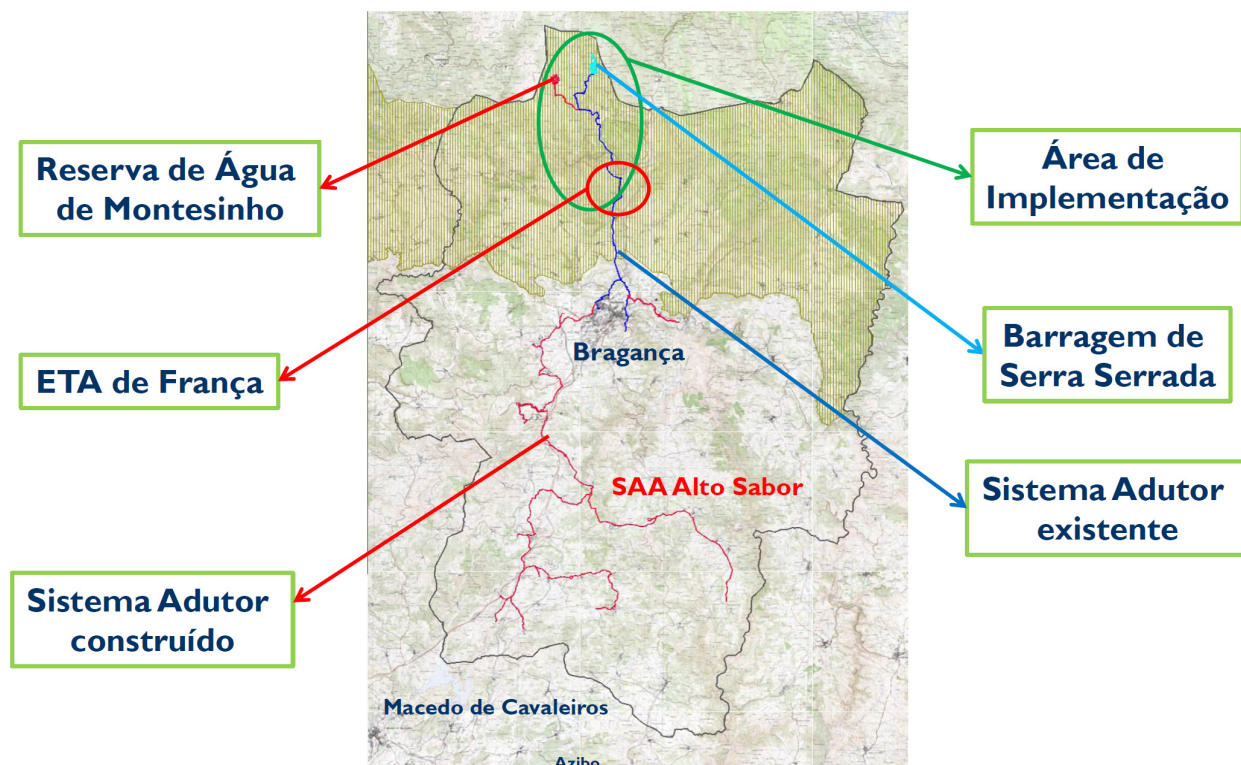
A 1 de junho de 2013, o senhor Primeiro Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, presidiu à cerimónia de entrega do título de captação de água na Barragem de Veiguiñas e do contrato de construção das obras.

Obtido visto do Tribunal de Contas a 19 de junho de 2013.

A 27 de junho de 2013 (ontem), foram consignados os trabalhos de execução das obras – empresa Construções Amândio Carvalho, S.A – Após 18 anos de suspensão do projeto, os trabalhos estão agora iniciados.



- Sistema do Alto Sabor



- Sistema do Alto Sabor

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA BRASÃO DE OURO DO MUNICÍPIO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DEZASSEIS VOTOS CONTRA, TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA MEMBROS PRESENTES.

----- Para declaração de voto usou da palavra o Membro Luís Pires. Apresentou, por escrito, o seguinte:

----- “A declaração versa a não conformidade com a intenção expressa pela CMB, uma vez que a atribuição da distinção a alguém que apenas cumpriu as funções publicas que prometeu cumprir não deve ser alvo de tal distinção, por discriminatória face aos desempenhos de inúmeros portugueses que exercem funções publicas de igual relevância. Parece-nos inclusive que padece de alguma dose de "provincianismo" podendo resvalar para a banalização da sua importância se a sua atribuição se basear nos preceitos hoje fixados”

----- Ainda usou da palavra, para declaração de voto, o Membro Bruno Veloso.

PONTO 4.2.2 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2013;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

LUISA MARIA PARREIRA BARATA, Licenciada em Direito e Chefe da Unidade de Administração Geral do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013

Pela Unidade de Administração Geral foi presente a seguinte informação:

1. Considerando que a Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 22 de fevereiro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, aprovou a dissolução da empresa Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda., liquidação do passivo da empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da empresa para o Município e a internalização de todas as suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do respetivo Plano de Internalização, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

2. Considerando que a Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, aprovou ainda a celebração de acordos de cedência de interesse público dos trabalhadores da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda. (1 Gestor, 1 Encarregado Geral e 8 Magarefe), no prazo máximo de 6 meses após a deliberação da sua dissolução, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 62.º e no n.º 5 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

3. Considerando que a atividade desenvolvida pela Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda. enquadra-se nas atribuições e competências da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social, unidade orgânica criada no âmbito da Reorganização dos Serviços do Município de Bragança, encetada a 01 de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;

4. Considerando que existe dotação suficiente no respetivo orçamento municipal, para a ocupação dos postos de trabalho a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público e ocupação dos postos de trabalho para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em infra identificados;

5. Considerando o disposto na Circular n.º 4/Dsajal/Daal/NG – que esclarece que o Mapa de Pessoal é alterado, quando se pretende introduzir uma mudança na quantificação, ou caracterização do(s) posto(s) de trabalho, na identificação das atribuições, competências ou atividade por ocupante(s), ou nos respetivo(s) cargo(s) ou carreira(s)/categoria(s);

6. Considerando que a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013, por ocorrer durante a execução do orçamento, tem de ser sujeita a aprovação do órgão deliberativo/Assembleia Municipal de Bragança.

Proposta:

Face aos considerandos acima enunciados, propõe-se para aprovação da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos seguintes termos:

- A criação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público, para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal);

- A criação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional/Encarregado Operacional a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público, para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal);

- A criação de oito postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público, para a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social – Serviço de Promoção Económica (Matadouro Municipal).

Anexo: Quadro da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2013, bem como, submeter a referida proposta à

aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Leonel Afonso e Geraldo da Assunção

Os Srs. Vereadores votam favoravelmente, tendo por base um pressuposto que defendem ao longo do mandato vigente relativamente à extinção das empresas municipais.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de junho de 2013.

a) Luísa Maria Parreira Barata

II – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013 “



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013

(artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas)

[Handwritten signature]

DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DPEDS				
Atribuições/Competências/ Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e / ou profissional	N.º de postos de trabalho	OBS
As constantes dos artigos 6.º, 7.º e 9.º do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais e Anexos II e IV, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 21 de dezembro de 2012.	Chefe de Divisão			
	Técnico Superior	Área de Relações Públicas	1	1 Posto de trabalho ocupado ao abrigo do acordo de cedência de interesse público
	Técnico Superior	Área de Engenharia da Produção Animal	1/1	1 Posto de trabalho a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público
	Técnico Superior	Área de Turismo	1	Relação Jurídica por Tempo Indeterminado
	Assistente Técnico		1	Relação Jurídica por Tempo Indeterminado
	Encarregado Operacional		1	1 Posto de trabalho a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público
	Assistente Operacional		4/8	4 Postos de trabalho ocupados ao abrigo do acordo de cedência de interesse público 8 Postos de trabalho a preencher ao abrigo do acordo de cedência de interesse público
	TOTAL			7*/10*

Bragança e Paços do Município, 03 de junho de 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

[Handwritten signature]
António Jorge Nunes (Eng.º)

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.....

PONTO 4.2.3 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior – Área de Comunicação Social;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

LUISA MARIA PARREIRA BARATA, Licenciada em Direito e Chefe da Unidade de Administração Geral do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Pela Unidade de Administração Geral foi presente a seguinte informação:

1. A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013, estabelece no n.º 2 do artigo 66.º que em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), pode, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, autorizar a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, para a carreira geral, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor da atividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Demonstração do cumprimento da medida de redução mínima previsto no artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Dando cumprimento à orientação técnica da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), no âmbito do recrutamento de trabalhadores nos municípios, informa-se:

1. O pedido de autorização para a abertura do procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, reporta-se:

Recrutamento de trabalhadores		
N.º de Postos de trabalho	Carreira/Categoria/Atividade	Vínculo
1	Técnico Superior - Área de Comunicação Social	Relação jurídica por tempo indeterminado

2. A Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 17 de dezembro de 2012, aprovou o Mapa de Pessoal para o ano de 2013, no qual consta a criação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Comunicação Social para o Gabinete de Apoio e Relações Externas, para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado.
3. O procedimento concursal acima enunciado é necessário para a execução das atividades permanentes dos serviços do Gabinete de Apoio e Relações Externas do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público e consequentemente sendo impossível a ocupação do posto de trabalho em causa nos termos do previsto nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de

27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

4. Resumo da evolução recente dos recursos humanos no Município de Bragança, que demonstra um decréscimo ao nível da evolução dos recursos humanos no período em causa:

Evolução dos Recursos Humanos			
	31/12/2011	31/12/2012	05/06/2013
Total	365	358	350* + 5** = 355

(* Na referida data ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 8 trabalhadores).

(** 5 trabalhadores da empresa municipal MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.E.M., outorgaram com o Município de Bragança, desde 01 de março de 2013, um Acordo de Cedência de Interesse Público em regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2007, de 27 de fevereiro).

5. Existe dotação no orçamento municipal para se poder proceder ao recrutamento de 1 de Técnico Superior – área de Comunicação Social para o Gabinete de Apoio e Relações Externas.

6. Demonstração de que o recrutamento é compatível com o objetivo de redução de trabalhadores imposto pelo artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Artigo 65.º LOE 2013		
	Total de Trabalhadores em 31/12/2012	Total de trabalhadores em 31/12/2013, incluindo o recrutamento (estimativa)*
Município	358	1) $358 + 15 = 373$ (inclui os trabalhadores de empresas locais nas quais o Município de Bragança tem uma influência dominante). 2) $373 - 10 = 363 + 1 = 364 + 1 + 1 + 1 = 367 - 14 = 353 - 8 = 345$ (inclui o presente recrutamento e outros eventuais recrutamentos que venham a ocorrer até 31/12/2013, e tem em conta expectativas de cessação de relações jurídicas de emprego público, v.g. aposentação).

Empresas Municipais	15	
----------------------------	-----------	--

(*Em 05 de junho de 2013 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 8 trabalhadores. Em 24 de maio de 2013 foi reconhecido o direito à aposentação a mais 1 trabalhador, irá ainda ocorrer a desvinculação definitiva ao serviço de mais 1 trabalhador, a partir de 09 de julho de 2013, o que irá perfazer o total de 10 trabalhadores com desvinculação definitiva ao serviço.

Releva ainda informar que o Município de Bragança aguarda a resposta a 14 pedidos de aposentação voluntária e 8 pedidos de aposentação por doença.

Face aos dados apresentados, prevê-se que no Município de Bragança o cumprimento da regra da redução de trabalhadores durante o ano de 2013, ocorra por aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013, i.é., reduza no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2012 sendo ainda considerados os trabalhadores de empresas locais nas quais o Município de Bragança tem uma influência dominante).

7. A autorização para a abertura do procedimento concursal compete ao órgão deliberativo (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), cfr. n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Proposta:

Face aos pressupostos acima enunciados, propõe-se para autorização da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Comunicação Social para o Gabinete de Apoio e Relações Externas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 4 votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 2 abstenções dos Srs. Vereadores, José Leonel Branco Afonso e Geraldo Alberto Leite da Assunção, aprovar a presente proposta e submeter à autorização da Assembleia Municipal, a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo

indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Comunicação Social para o Gabinete de Apoio e Relações Externas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de junho de 2013.

a) Maria Luísa Parreira Barata”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DOZE ABSTENÇÕES E SESSENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.

PONTO 4.2.4 - Abertura do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado para Ocupação de 1 Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional – Área de Atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

LUISA MARIA PARREIRA BARATA, Licenciada em Direito e Chefe da Unidade de Administração Geral do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE ATIVIDADE - OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS

Pela Unidade de Administração Geral foi presente a seguinte informação:

1. A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013, estabelece no n.º 2 do artigo 66.º que em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), pode, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, autorizar a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, para a carreira geral, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor da atividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Demonstração do cumprimento da medida de redução mínima previsto no artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Dando cumprimento à orientação técnica da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), no âmbito do recrutamento de trabalhadores nos municípios, informa-se:

1. O pedido de autorização para a abertura do procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, reporta-se:

Recrutamento de trabalhadores		
N.º de Postos de trabalho	Carreira/Categoria/atividade	Vínculo
1	Assistente Operacional – área de atividade – Operador de Máquinas E Veículos Especiais	Relação jurídica por tempo Indeterminado

2. Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 17 de dezembro de 2012, aprovou o Mapa de Pessoal para o ano de 2013, no qual consta a criação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional – área de atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Serviços Municipais – Divisão de Logística e Mobilidade, para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado.

3. O procedimento concursal acima enunciado é necessário para a execução das atividades permanentes dos serviços do Gabinete de Apoio e Relações Externas do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público e consequentemente sendo impossível a ocupação do posto de trabalho em causa nos termos do previsto nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

4. Resumo da evolução recente dos recursos humanos no Município de Bragança, que demonstra um decréscimo ao nível da evolução dos recursos humanos no período em causa:

Evolução dos Recursos Humanos			
	31/12/2011	31/12/2012	05/06/2013
Total	365	358	350* + 5** = 355

(* Na referida data ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 8 trabalhadores).

(** 5 trabalhadores da empresa municipal MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.E.M., outorgaram com o Município de Bragança, desde 01 de março de 2013, um Acordo de Cedência de Interesse Público em regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2007, de 27 de fevereiro).

5. Existe dotação no orçamento municipal para se poder proceder ao recrutamento de 1 Assistente Operacional – área de atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Serviços Municipais - Divisão de Logística e Mobilidade.

6. Demonstração de que o recrutamento é compatível com o objetivo de redução de trabalhadores imposto pelo artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Artigo 65.º LOE 2013		
	Total de trabalhadores em 31/12/2012	Total de trabalhadores em 31/12/2013, incluindo o recrutamento (estimativa) *
Município	358	1) $358 + 15 = 373$ (inclui os trabalhadores de empresas locais nas quais o Município de Bragança tem uma influência dominante). 2) $373 - 10 = 363 + 1 = 364 + 1 + 1 + 1 = 367 - 14 = 353 - 8 = 345$ (inclui o presente recrutamento e outros eventuais recrutamentos que venham a ocorrer até 31/12/2013, e tem em conta expectativas de cessação de relações jurídicas de emprego público, v.g. aposentação).
Empresas Municipais	15	

(*Em 05 de junho de 2013 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 8 trabalhadores. Em 24 de maio de 2013 foi reconhecido o direito à aposentação a mais 1 trabalhador, irá ainda ocorrer a desvinculação definitiva ao serviço de mais 1 trabalhador, a partir de 09 de julho de 2013, o que irá perfazer o total de 10 trabalhadores com desvinculação definitiva ao serviço.

Releva ainda informar que o Município de Bragança aguarda a resposta a 14 pedidos de aposentação voluntária e 8 pedidos de aposentação por doença.

Face aos dados apresentados, prevê-se que no Município de Bragança o cumprimento da regra da redução de trabalhadores durante o ano de 2013, ocorra por aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 65.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013, i.é., reduza no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2012 sendo ainda considerados os trabalhadores de empresas locais nas quais o Município de Bragança tem uma influência dominante).

7. A autorização para a abertura do procedimento concursal compete ao órgão deliberativo (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), cfr. n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Proposta:

Face aos pressupostos acima enunciados, propõe-se para autorização da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, na carreira/categoria de Assistente Operacional – área de atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Serviços Municipais - Divisão de Logística e Mobilidade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 4 votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 2 abstenções dos Srs. Vereadores, José Leonel Branco Afonso e Geraldo Alberto Leite da Assunção, aprovar a presente proposta e submeter à autorização da Assembleia Municipal, a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2013, na carreira/categoria de Assistente Operacional – área de atividade - Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Serviços Municipais - Divisão de Logística e Mobilidade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2013.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de junho de 2013.

a) Maria Luísa Parreira Barata”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA COM ZERO VOTOS CONTRA, DOZE ABSTENÇÕES E SESENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.....

PONTO 4.2.5 – CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA (ACISB).....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA (ACISB)

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pelo Assessor Jurídico deste Município, em resposta ao requerimento apresentado pelo Presidente da Direção da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança:

Analisado o processo cumpre emitir parecer

I. Do enquadramento fáctico-jurídico

1. Por meio de requerimento, comunicado através do ofício n.º 56/2013, de 2013.05.07, a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, doravante designada de ACISB, vem solicitar a doação ou venda por um preço simbólico, da Fração A do prédio dos antigos bombeiros voluntários, livre de ónus ou encargos, fundamentando o seu pedido no seguinte:

1.1. No ano de 2009 interpôs uma ação de impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela (Processo n.º 356/09.0DEMDL), que ainda corre termos, do ato administrativo que lhe determinou o pagamento, a título de IVA, do montante de €105 430,85, acrescido de juros;

1.2. Para o presente ano não lhe foi renovada, no âmbito daquele processo, a isenção de prestação de garantia idónea, para efeito de suspensão do processo de execução fiscal, não sendo titular de quaisquer bens passivos de entrega para garantia, nem tendo como proceder ao pagamento peticionado, que considera não lhe poder ser exigido;

1.3. Esta situação inviabiliza a emissão da declaração da situação contributiva regularizada, documento sem o qual não consegue receber qualquer tipo de apoio monetário, comunitário ou nacional, nem obter financiamento junto das instituições bancárias, razão pela qual, atualmente, a possibilidade da sua continuidade se encontra seriamente comprometida.

2. Na sequência de anterior requerimento, datado de 05 de fevereiro de 2009, a Assembleia Municipal já havia autorizado, em reunião de 06 de abril de 2009, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 23 de março de 2009, a doação à ACISB da Fração A, inscrita na matriz predial urbana da Freguesia da Sé sob o artigo n.º 7419-A e descrita na CRP de Bragança sob o n.º 3964-A, da mesma Freguesia, com um valor patrimonial atual de €346,597,63.

3. O contrato de doação não chegou a ser outorgado, por falta de resolução integral, por parte da ACISB, da situação invocada na sua comunicação de 05 de fevereiro de 2009.

4. O Município e a ACISB acordaram colaborar entre si na realização das obras de recuperação do edifício dos antigos bombeiros voluntários, com vista à instalação e funcionamento da Sede da Associação, colaboração que veio a ser formalizada através da celebração de um Contrato de Comodato em 12 de janeiro de 2004 e de um Protocolo de Colaboração em 18 de maio de 2004, envolvendo, por um lado, a comparticipação das duas entidades no financiamento das obras, o Município mediante a concessão do apoio financeiro de €150.000 e a ACISB com o investimento de €223.140,16, dos quais €154.190,15 financiados pelo programa PRIME e €68.950,01 suportados pela própria entidade, e por outro lado, a cedência gratuita à ACISB, em regime de comodato, por um período de 50 anos, da atual fração A.

5. A colaboração entre as duas entidades encontra suporte legal na prossecução dos interesses públicos municipais de reabilitação do património municipal e do património edificado do Centro Histórico e de desenvolvimento do comércio local e tradicional.

6. Feitos estes considerandos, a solução que nos parece mais adequada à resolução do problema passa pela constituição de um direito de superfície sobre a fração A, por um período de 45 anos, em substituição do contrato de comodato vigente.

7. Como forma de salvaguardar a continuidade da afetação da fração à prossecução de fins de interesse público e assegurar os efeitos práticos visado pela ACISB, o direito de superfície a constituir, deverá respeitar as seguintes condições:

7.1. Concessão de autorização expressa para a constituição de hipoteca voluntária sobre o direito de superfície para efeitos de prestação de garantia idónea no âmbito do processo de impugnação judicial n.º 356/09.0DEMDL (Processo de execução fiscal n.º 0485200801000136), ao abrigo dos artigos 169.º, n.º 1 e 199.º, n.º 2, ambos do Código de Procedimento e Processo Tributário;

7.2. Subordinação do contrato à condição resolutiva, sem efeitos retroativos, de improcedência definitiva da impugnação judicial n.º 356/09.0DEMDL;

7.3 Consagração expressa da obrigação do Município pagar à ACISB, em caso de extinção do direito de superfície por verificação daquela condição resolutiva, a título de indemnização pela sua comparticipação nas obras de reabilitação/benfeitorias realizadas no edifício dos antigos bombeiros voluntários, do montante necessário à liquidação integral da quantia exequenda e acrescido no âmbito do processo de execução fiscal.

8. Considerado o valor da quantia exequenda, é de todo inverosímil que o montante que venha a ser pago pelo Município, nesse caso, exceda o valor do investimento da ACISB para as obras de recuperação do edifício ou do próprio direito de superfície, não havendo prejuízo para o erário público.

9. Por seu turno, constituindo a hipoteca voluntária um meio de assegurar o pagamento da quantia exequenda e do acrescido, a Administração Tributária só a pode recusar se puder concluir, perante razões objetivas, que ela não garante, em concreto, o integral pagamento da quantia exequenda e do acrescido.

10. No caso em apreço, a hipoteca a constituir sobre o direito de superfície com a cláusula inserta no ponto 7.3., cobre com elevado grau de liquidez, a totalidade do crédito exequendo e do acrescido, não podendo a Administração Fiscal recusá-la, com total desprezo pelos interesses legítimos da ACISB, sob pena de incorrer em errónea interpretação e aplicação do artigo 199.º, n.º 2 do CPPT, conjugado com o n.º 5 do artigo 52.º da LGT.

II. Proposta

Nos termos expostos, entendemos estar a Câmara Municipal de Bragança em condições legais de submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a constituição de um direito de superfície, a favor da Associação Comercial, Industrial, Serviços de Bragança, sobre o prédio urbano, fração autónoma A, integrado no domínio privado municipal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 3964-A e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Sé sob o artigo n.º 7419-A, subordinado ao clausulado a seguir descrito:

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA (ACISB)

Nota justificativa

Considerando que o Município de Bragança é proprietário de um prédio urbano, fração autónoma A, integrado no domínio privado municipal, descrito na Conservatória do Registo Predial de

Bragança sob o n.º 3964-A e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Sé sob o artigo n.º 7419-A, com o valor patrimonial fiscal atual de 346 597,63 € e a que as partes atribuem idêntico valor;

Considerando que o prédio se encontra cedido à Associação Comercial, Industrial, Serviços de Bragança, doravante ACISB, em regime de comodato, pelo período de 50 anos, para instalação e funcionamento da respetiva Sede;

Considerando que entre as partes foi celebrado um Protocolo de Colaboração em 18 de maio de 2004, com vista à recuperação do edifício para aqueles fins;

Considerando que a ACISB apresentou para o efeito uma candidatura ao PRIME, num total de investimento elegível de 308 330,30 €, com uma comparticipação de 50% do valor elegível, no montante de 154 190,15 €;

Considerando que no âmbito do projeto de recuperação do edifício, a ACISB suportou ainda diretamente a despesa de 64 759,86 €, relativo ao IVA não elegível e sem direito a reembolso e arcou com o valor de 4 190,15 € do investimento;

Considerando que a ACISB é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, por Despacho publicado no DR, II Série, n.º 1, de 2 de janeiro de 2001;

Considerando que a ACISB tem como objetivos, definidos nos seus estatutos, contribuir para o harmónico desenvolvimento do comércio que representa e promover, com espírito de solidariedade, o apoio recíproco entre os seus associados, com vista ao progresso do País e a uma justa paz social;

Considerando que a ACISB desde 1995 tem vindo a elaborar candidaturas a programas comunitários, tendo por objetivo ajudar os associados a modernizarem as suas estruturas e equipamentos comerciais;

Considerando que a Câmara Municipal de Bragança, vem prosseguindo uma política de apoio às coletividades e instituições particulares, públicas e cooperativas que, na área do Município, vêm desenvolvendo atividades e objetivos tendentes à promoção de atividades de carácter científico, cultural e social, ou seja, atividades de reconhecido interesse público;

Considerando que a ACISB solicitou, por escrito, em maio último, através do ofício n.º 56/2013, a cedência das instalações, em substituição do Contrato de Comodato, com vista a prestação de garantia idónea no âmbito do processo de impugnação judicial n.º 356/09.0DEMDL (Processo de execução fiscal n.º 0485200801000136), para efeitos de emissão da declaração de situação declarativa regularizada, imprescindível à obtenção de financiamento bancário e de apoios comunitários e nacionais;

Considerando que sem o acesso a esses meios de financiamento da atividade, a continuidade da ACISB se encontra seriamente comprometida;

Considerando que no quadro de colaboração entre as duas entidades é justo compensar a ACISB pela sua disponibilidade e comparticipação financeira para as obras de reabilitação do edifício dos antigos bombeiros voluntários da titularidade do Município;

Considerando que a constituição de um direito de superfície pode resultar da alienação das obras já existentes separadamente da propriedade do solo;

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro, prevê a possibilidade da Administração ceder, mediante acordo direto com os interessados, o direito de superfície destinado a instalações de interesse público;

Considerando que constitui interesse municipal apoiar os comerciantes através da sua Associação, a fração autónoma A é entregue à ACISB, em regime de direito de superfície, nas seguintes condições:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Bragança, pessoa coletiva de direito público número 506 215 547, com sede no Forte S. João de Deus, em Bragança, representado no ato pelo Eng.º António Jorge Nunes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Bragança, conforme poderes que lhe foram conferidos por lei.

SEGUNDO OUTORGANTE: Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, associação sem fins lucrativos, pessoa coletiva n.º 501 136 401, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, nos termos do DL 460/77, de 7 de novembro, por Despacho Público no DR, II Série, n.º 1, de 2 de janeiro de 2001, com sede na Rua Abílio Beça, n.º 92.º, 1.º andar, em Bragança, representada no ato pelo Presidente da Direção, Jorge Manuel Ribeiro Alves, conforme poderes que lhe foram conferidos por lei.

Cláusula Primeira

O PRIMEIRO OUTORGANTE é titular de um prédio urbano, fração autónoma A, integrado no domínio privado disponível municipal, com a área bruta privativa de 414,1000 m² e área do terreno integrante de 36,3700 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 3964-A, da Freguesia da Sé e inscrito na matriz predial urbana da mesma Freguesia sob o artigo n.º 7609-A, com o valor patrimonial fiscal atual de 346 597,63 € e a que as partes atribuem idêntico valor, adiante designado por Fração A.

Cláusula Segunda

O PRIMEIRO OUTORGANTE aliena ao SEGUNDO, a fração A, em regime de direito de superfície, sem convenção de preço, para instalação e funcionamento da sua Sede em Bragança.

Cláusula Terceira

O direito de superfície é constituído pelo prazo inicial de 45 anos, prorrogável por acordo entre as partes.

Cláusula Quarta

1. A transmissão e oneração do direito de superfície ficam sujeitas a autorização expressa do PRIMEIRO OUTORGANTE.

2. O SEGUNDO OUTORGANTE fica autorizado a constituir uma hipoteca voluntária sobre o direito de superfície, ao abrigo do disposto nos artigos 169.º, n.º 1 e 199.º, n.º 2 ambos do Código de Procedimento e Processo Tributário, para efeitos de prestação de garantia idónea no âmbito do processo de impugnação judicial n.º 356/09.0DEMDL (Processo de execução fiscal n.º 0485200801000136).

Cláusula Quinta

1. Caso seja constituída a hipoteca referida no n.º 2 da cláusula anterior, o presente contrato fica sujeito à condição resolutiva, sem efeitos retroativos, de improcedência definitiva da ação de impugnação judicial n.º 356/09.0DEMDL.

2. Verificada a condição resolutiva, o PRIMEIRO OUTORGANTE pagará ao SEGUNDO, no prazo máximo de 2 meses a contar do trânsito em julgado da decisão, a título de indemnização pela respetiva comparticipação financeira para as obras de reabilitação/benfeitorias do edifício dos antigos bombeiros voluntários, o montante necessário à liquidação da quantia exequenda e do acrescido no âmbito do processo de execução fiscal n.º 0485200801000136, até ao montante máximo de 223 140,16 €, valor investido pela entidade nas obras de recuperação da Sede da Associação.

3. O pagamento destina-se única e exclusivamente à liquidação da quantia exequenda e do acrescido.

4. A Fração A reverterá automaticamente e com todas as benfeitorias nela realizadas, para o Município de Bragança.

Cláusula Sexta

Constituem, designadamente deveres do SEGUNDO OUTORGANTE:

a) Conservar a fração A e as partes comuns do edifício como faria um proprietário prudente;

b) Afetar continuamente a fração A ao fim a que se destina, salvo autorização expressa do PRIMEIRO OUTORGANTE.

Cláusula Sétima

Para além dos demais casos expressamente previstos na lei, o direito de superfície extingue-se:

a) Se o SEGUNDO OUTORGANTE cessar a afetação do edifício ao fim a quem se destina, salvo autorização expressa do Município;

b) Em caso de extinção do SEGUNDO OUTORGANTE.

Cláusula Oitava

Em caso de extinção do direito de superfície todas as obras e benfeitorias realizadas reverterão a favor do Município de Bragança, sem direito a qualquer indemnização ou direito a retenção por parte do SEGUNDO OUTORGANTE, salvo o disposto no ponto 2 da Cláusula Quinta.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a constituição de um direito de superfície, a favor da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, sobre o prédio urbano, fração autónoma A, integrado no domínio privado municipal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 3964-A e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Sé sob o artigo n.º 7419-A, de acordo com o clausulado previsto no referido contrato de constituição de direito de superfície.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 24 de junho de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SETENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.

----- Para declaração de voto usou da palavra o Membro Luís Pires. Apresentou, por escrito, o seguinte:

----- “ O Partido Socialista de boa fé aceita como verdadeira a informação da CMB, sendo que a mesma considera como procedimentalmente legais todos os processos expressos na certidão, bem como a explicação oral do Sr. Presidente da Câmara, e desta forma consubstancia o sentido de voto”....

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a Sessão cerca das 17 horas.....

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico

Amândio dos Anjos Gomes

Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho

Anibal de Jesus Raimundo Morais

António Eduardo Fernandes Malhão

António Manuel Pereira

António Nuno Neves Pires *

Armando José Pereira *

Bruno José Fernandes Miranda *

Carlos José Cadavez

Cândido Vaz Alves

Domingos Moura dos Santos

Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro

Isabel Maria Lopes

João Paulo da Veiga Matos

José Alberto Moutinho Moreno

José Luís Baltazar

Maria do Amparo Mendes Alves *
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves *

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Francisco Manuel Esteves Marcos *
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Maria Aurora Correia *
Maria Celina da Silva Paula *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Vanda Marisa das Graças Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Armando José Morais
Hugo Manuel Rodrigues Pereira *
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro *

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes

Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires *
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Falde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijó de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Aníbal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Francisco Manuel Esteves Figueiredo *
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Maria	Jorge Manuel Oliveira Novo
São Julião	Elias Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

(*) membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Manuel Teixeira Batista
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Luís Esteves Fernandes

PARTIDO SOCIALISTA

Dinis Manuel Prata Costa
Luís Manuel Silvestre (Justificada)

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Paula Cristina Teixeira Liberato Soeiro *

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais (Justificada)
Baçal	João Francisco Alves
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Gondesende	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso (Justificada)
Pinela	António Jorge Brás Pires
Quintela Lapaças	Vítor Manuel Costa
Rebordaínhos	Albino Alves Rodrigues
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais

B- CÂMARA PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereador - Rui Afonso Cepeda Caseiro

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na quarta sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em __/__/2013 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) _____

O Primeiro Secretário (Acúrcio Álvaro Pereira) _____

A Segunda Secretária (Maria Madalena Morais Morgado) _____

NOTA: Devido a uma falha técnica do equipamento audiovisual, a audição desta Sessão não ficou gravada, pelo que as intervenções proferidas pelos Exmos. Senhores Membros da Assembleia, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo Exmo. Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, e que não foram entregues, por escrito, à Mesa, não ficam registadas na ata. -----